



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR
por Unanimidade

20, 9, 2022

ACTA N.º 10/2021-2025

Sessão Ordinária de Junho

Reunião - 15/06/2022

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Hugo Filipe Casqueira Coelho, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, e André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, e João Pedro Ribau Casqueira; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e António Pedro Oliveira Martins; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo); Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

O Vereador Paulo Sérgio Ferreira Nunes justificou a sua ausência. (03:43")

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal, a eleita Daniela Ribeiro Alegria (**UPF**) foi substituída pela primeira sucedânea Mariana da Silva Lopes; o eleito Ernesto Manuel Vidal Garrelhas (**UPF**) foi substituído pelo segundo sucedâneo Rui Manuel da Rocha Rufino; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho (**PS**), foi substituído pela quinta sucedânea Sónia Alexandra Fernandes Gomes - confirmadas as ausências dos sucedâneos antecedentes (Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Alvelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa); e Modesto Manuel dos Santos (**PS**), em substituição de Sara Daniela Silva Pinho (suspensão de mandato por 365 dias), foi substituído pelo sétimo sucedâneo Gabriel de Almeida Fernandes, confirmada a ausência do sexto sucedâneo Miguel Ângelo Teixeira Andrade.

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha fez-se substituir pelo Secretário do Executivo da Junta de Freguesia, José António Falcão Ribeiro Arvins. (05:13")

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. Apreciação da comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01ABR22 a 31MAI2022;

Ponto 2. Apreciação e votação da 2.^a Alteração modificativa 2022 - Revisão Orçamental:

- a) Orçamento;
- b) Grandes Opções do Plano.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte a gravação áudio)

Às 21h03, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (2':57")

«Boa noite a todos. Boa noite aos Membros da Assembleia Municipal. Boa noite ao público aqui presente. Boa noite ao nosso Executivo. Boa noite à Comunicação Social. E boa noite a todos os que, a partir de hoje, nos acompanham nas suas casas ou onde quer que estejam, através da nossa transmissão streaming. Dou a sessão como aberta. A sessão ordinária do mês de junho. Peço à Sra. Segunda Secretária que faça a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (5':48")

«A Mesa recebeu, através do Núcleo de Apoio à Assembleia, um pedido de suspensão de mandato, enquadrado no Artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro. De acordo com o n.º 2 e o n.º 3 do articulado referido, "O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação", o que é o caso.

Assim deixo à apreciação e ao conhecimento do Plenário o pedido de Suspensão de Mandato por 305 dias, a contar da data de hoje, 15 de junho, do eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo, do Grupo Municipal do PSD, destacando, ainda, que o mesmo tem já um acumulado de 60 dias de suspensão.

Pergunto se há alguém que tenha alguma consideração a fazer?

Desta forma, de acordo com o n.º 4, do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro, peço à 2.ª Secretária o favor de referir e confirmar a presença da respetiva substituição do autarca que solicitou a suspensão do seu mandato.»

Foi confirmada a presença da candidata sucedânea na respetiva lista, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, em substituição de Pedro Labrincha da Rosa Novo (**PSD**). (07':03")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (5':48")

«Permitam-me, antes de darmos início aos nossos trabalhos, que faça uma breve, mas sincera e transparente referência a este momento que assinala um virar de página na história desta Assembleia Municipal.

Foi, por diversas vezes e em diversos contextos, referido nesta Assembleia que este é um mandato ou ano zero. Assim o assumimos, todos. É um novo ciclo, quer no Executivo, quer neste Órgão Deliberativo.

E todos assumimos, também, de forma unânime e sem distinções, apesar das diversidades e das conceções diferenciadas, que se torna urgente e importante uma maior proximidade entre eleitores e eleitos, entre munícipes, comunidade e este Órgão Autárquico, por várias razões: por uma questão de transparência dos atos; por uma questão de valorização do nosso papel enquanto autarcas; para a importante e necessária revitalização e elevação da nobreza da política e do serviço público, tantas vezes menosprezado e denegrido. Mas, acima de tudo, pelo contributo que, também podemos dar, de forma complementar, ou em colaboração com o Executivo, para o desenvolvimento e crescimento do Município.

Foram estes os pressupostos que nos orientaram na elaboração do regimento e na vontade de termos as condições necessárias para as transmissões das reuniões da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Permitam-me um parêntese, neste momento, para agradecer, de forma muito clara, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal todo o empenho e gestão de todo o processo, desde a disponibilização orçamental, ao concurso e adjudicação, até ao planeamento desta primeira transmissão. Reconheço-lhe o cumprimento total, de forma muito clara e sem qualquer entrave, do compromisso que assumiu para com a Mesa e esta Assembleia Municipal em disponibilizar, no prazo de 6 meses, todas as condições para que esta vontade se concretizasse. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para terminar, gostaria de destacar que, a partir deste dia, a nossa responsabilidade política fica mais consolidada, mas, simultaneamente, mais exposta, mesmo que de forma equitativa e com as regras paritárias que o confronto político e o regimento preveem.

Quero acreditar que todos nós - desde o CHEGA ao Unir Para Fazer, passando pela Mesa, e acredito também que pelo Executivo - saberemos elevar o nosso papel e o nosso contributo para a democracia plena e para uma política mais transparente e mais sólida.

Esta é uma oportunidade igual para todos, num palco único, que é esta casa da democracia, com o mesmo valor e peso para os Eleitos e respetivos Grupos Municipais, sem quaisquer pretensiosismos pessoais ou particulares, muito menos do Presidente da Mesa que, como o comprova o recente ato eleitoral interno no PSD, a única coisa que o move é a sua função autarca, a valorização da Assembleia Municipal e o respeito, equitativo, com todos os eleitos neste Plenário. Só e tão somente isso.

A terminar, uma palavra dirigida muito em particular para que acompanha os trabalhos via streaming. Em primeiro lugar, não se pretende, com esta iniciativa, esvaziar de público a nossa galeria, sendo sempre preferível a sua presença física e a sua participação. De qualquer modo, esperamos que esta nova realidade seja vista, pelos nossos concidadãos, como mais uma forma de promovermos a função e missão deste órgão autárquico e de fazermos chegar, até vocês, o nosso trabalho e a nossa ação.

Por isso, como toda a sinceridade, um apelo final. Vamos ao trabalho, com as nossas "armas e argumentos" políticos, sociais e cívicos, mas todos junto por uma única causa: os nosso Munícipes e o nosso Município. Disse.»

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':35")

«Vamos proceder à aprovação das Atas n.º 7, n.º 8 e n.º 9 que foram remetidas para conhecimento prévio dos membros desta Assembleia.

Antes disso, queria agradecer aos autarcas, através dos líderes dos Grupos Municipais, a compreensão demonstrada pelo lapso cometido pelo nosso Núcleo de Apoio na contagem dos dias - tendo sido contados dias seguidos e não dias úteis, como prevê o nosso regimento para envio da documentação e Ordem do Dia, embora esta tenha seguido atempadamente. Faltaram, apenas, estas Atas.

Relembro, ainda, por força da alteração ao Código do Procedimento Administrativo, que quem não esteve presente nas respetivas reuniões não se deve pronunciar, nem votar as mesmas.

Em relação à Ata n.º 7, referente à reunião da Sessão de Abril, agendada para o dia 29 de abril, mas que não se realizou por falta de quórum, alguém quer colocar alguma questão?

Coloco então a Ata a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **UNANIMIDADE**.

Em relação à Ata n.º 8, referente à primeira reunião da Sessão de Abril, realizada no dia 6 de maio, alguém tem alguma intervenção a realizar?

Coloco então a Ata a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **UNANIMIDADE**.

Por fim, Ata n.º 9 referente à segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, realizada no dia 13 de maio. Uma vez mais pergunto se alguém tem alguma questão a colocar? Sim... Margarida.»

Margarida Alves - PSD: (13':40")

«Boa noite, a todos. Sr. Presidente da Assembleia, respetivos Secretários. Presidente da Câmara. Vereadores. Membros da Assembleia. Público e Comunicação Social. Relativamente a esta ata n.º 9, eu só queria, por favor, que retificassem, na página 5, no parágrafo que começa, na minha intervenção, "e quando vier a transferência de competências, quando se concluir" está escrito "o processo de regionalização". Não é o processo de regionalização, mas sim o processo de descentralização... " o porquê de este estar a acontecer, o porquê do processo de regionalização não poder ser aplicável, porque obriga a voto por referendo". Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':22")

«Muito obrigado. Margarida. Considerando, então, esta pequena correção, coloco a Ata n.º 9 a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? A ata n.º 9 foi aprovada por **UNANIMIDADE**.»

Expediente

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':43")

«Os serviços de Apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre março e abril, a seguinte correspondência que pode ser consultada junto do nosso Núcleo de Apoio:

- Pareceres e Notas Técnicas da Associação Nacional das Assembleias Municipais, através do Centro de Valorização dos Eleitos Locais - CVEL, partilhadas por e-mail com os Membros desta Assembleia e que estão disponíveis no site, no menu Documentação Diversa;

- várias ações de formação promovidas pela ANAM, através, uma vez mais, do CVEL, e devidamente divulgadas junto dos autarcas eleitos e da Câmara Municipal;
- 1 ofício, de um Município, dirigido à Câmara Municipal e à GNR de Ílhavo, com conhecimento à Assembleia Municipal, sobre incidentes no Centro de Ílhavo, junto ao Jardim Henriqueta Maia;
- o agradecimento do jornal 'O Ilhavense' pelo Voto de Louvor;
- e, ainda, do 'O Ilhavense' um convite de parceria com a AMI e os respetivos Grupos Municipais.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15':46")

«Passaria, agora, por perguntar ao público presente se há algum que pretenda fazer alguma intervenção, neste período de dicado ao Público. Temos uma inscrição.

Ao município que se inscreveu, dar-lhe a nota de que este período tem o limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do regulamento geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal, através do preenchimento do impresso Anexo 1 do Regulamento de Transmissões, para a respetiva difusão da imagem.

Eu convido o município a vir ao púlpito para realizar a sua intervenção.»

Do Público

Município, Rui Alberto Ribeiro Bela: (17':20")

«Boa noite a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me dá de expor, aqui, um assunto que a maioria das pessoas que me conhece sabe qual é. Espero que no final da minha intervenção esta Assembleia, na medida do possível, possa ajudar a resolver alguns dos problemas que venho expor.

Sucintamente, porque cinco minutos não dá rigorosamente para nada quando eu ando há 20 anos a lutar por este processo.

Venho falar de Ílhavo e do Centro de Ílhavo. Ílhavo tem um centro que está num estado deplorável, vergonhoso. Isto não é exagerar e quem vier dizer o contrário não tem a menor noção do que se passa em Ílhavo. Não temos pessoas, não temos comércio. Ílhavo, basicamente, é uma cidade fantasma, hoje em dia. E nem as iniciativas culturais do Município para tentar pintar uma fachada que não existe, as próprias iniciativas têm uma fraca estrutura que daqui a pouco vos vou explicar.

O papel da Autarquia na fiscalização e na intervenção deste espaço é fundamental. É a Autarquia que regulamento estes espaços comerciais. É a Autarquia que promove as iniciativas culturais. O que nós temos, ao longo dos últimos tempos, é o verificar de um agravar das situações, dos problemas que sempre houve: desacatos, confrontações, agressões, tráfico de droga, alcoolismo, prostituição. Há um pouco de tudo no Centro de Ílhavo. Poucas pessoas conhecem isto, só sabem pela comunicação social. Somos meia dúzia de gatos pingados, como se costuma dizer, que ali vivemos. Ninguém quer viver no centro de Ílhavo. Não há paz no centro de Ílhavo.

Como tal, apesar de já termos feito imensas reclamações, imensas denúncias à Autarquia, cai tudo em saco roto. Não se compreende porque acho que é dever de qualquer Autarquia, ouvir, acolher os cidadãos. Porque isto é um problema transversal, isto não afeta apenas o Rui Bela, afeta muita gente que aqui vive, afeta o bom nome de

Ílhavo. Minhas senhoras e meus senhores, Ílhavo, à noite, durante a semana e fins de semana, só quem lá vive sabe o que é que se passa. Isto está tudo documentado. Há factos que o comprovam.

O Município tem conhecimento disto, no entanto, não age. Vou apenas dar um exemplo presente nas atitudes de organização de eventos, como o Festival Rádio Faneca, no último fim de semana. Para quem não sabe, Ílhavo a transmitir alegria, de facto transmitiu muita alegria. Em menos de uma semana, foram três pessoas detidas, e, na primeira noite do festival Rádio Faneca, foram duas pessoas detidas.

Mesmo depois do Sr. Presidente Campolargo andar lá a distribuir abraços e beijinhos às pessoas que por ali andavam, foi preciso a GNR intervir à bastonada para acalmar os desacatos que lá aconteceram. Entretanto, entrou um carro a alta velocidade dentro da zona pedonal e foram algumas pessoas detidas. Entretanto, na Rua Prof. Pereira Teles, enquanto isto estava a decorrer, havia atentados ao pudor, havia tráfico de droga, havia de tudo. Isto é o verdadeiro Festival Rádio Faneca durante a noite.

Durante o dia, obviamente têm iniciativas muito válidas, originais, até, mas à noite haviam de lá estar para ver.

A Autarquia sabe isto tudo e não reage. E há perguntas sem resposta. O Sr. Presidente Campolargo, apesar das promessas eleitorais, na sua constante postura enquanto presidente, anda sempre a apregoar, e cito, "as pessoas são a nossa prioridade e, por isso, a nossa aposta são as melhorias das condições de vida de cada um, da criança ao idoso", e, de facto, aquilo a que assistimos, desde o seu ato de posse enquanto Presidente de Câmara, é de uma enorme falta de respeito e consideração pelos munícipes que vivem no Centro de Ílhavo e que lhe comunicam os problemas com que se defrontam, diariamente, num gesto profundo de cidadania ativa e participativa.

A pergunta que eu lhe faço, Sr. Presidente, é porque motivo fecha os olhos a este assunto, ignora-o, chega, inclusive, a violar a lei ao não agir em conformidade perante as denúncias e as reclamações? Outra pergunta pertinente para o Sr. Presidente da Câmara é se este silêncio e desprezo estará subjacente a alguns interesses que nós desconhecemos e que talvez nos possa esclarecer? De facto, não faz qualquer sentido que um Presidente de Câmara agora eleito ignore este assunto e feche os olhos. Não entendo, sinceramente.

De resto, têm sido feitas várias reclamações. Até já fui a uma reunião pública de Câmara, em março - foi a primeira vez na vida - e hoje é a primeira vez na vida que venho a uma Assembleia Municipal. Logo no dia a seguir ao da minha ida à reunião de Câmara foi esfaqueado um homem na zona pedonal. Logo no dia a seguir. Depois disso é, sistematicamente, o INEM a ir buscar alguém.

As reclamações têm sido feitas e as denúncias têm sido feitas, mas ao que parece o Sr. Presidente não conhece a lei. Vou-lhe só citar, aqui, um Decreto, porque há vários, o Decreto-Lei 135/99, de 22 de abril, artigo 39 - "obrigação do direito de resposta", que diz: "toda a correspondência, designadamente sugestões, críticas ou pedidos de informação cujos autores se identifiquem, dirigida a qualquer serviço será objeto de análise e decisão, devendo ser objeto de resposta com a maior brevidade possível (...) sem prejuízo do disposto na lei, no prazo de 15 dias deve ser dada resposta na qual seja comunicada a) decisão final tomada sobre as questões suscitadas pelo autor da correspondência, quando a sua complexidade e a carga de trabalho do serviço não o impeçam; b) informação intercalar sobre o estado em que se encontra a análise da comunicação apresentada; ou c) rejeição liminar da comunicação apresentada, quando a lei assim o determine". Nada disto o Município fez, até hoje.

Quando o Sr. Presidente faltou à verdade, em público, em março, eu gostaria de ter pedido ao Sr. Presidente, que se não está à altura do cargo, que se demitisse. Hoje, eu digo-lhe, aqui, pessoalmente, Sr. Presidente, demita-se porque, de facto, Ílhavo merece um Presidente cumpridor, que respeite os cidadãos e cumpra a lei. Muito obrigado.

Sr. Presidente, tenho aqui um dossier que lhe quero fazer chegar para a Mesa, para o Sr. Presidente da Câmara e para os Srs. Deputados. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (22':56")

«Muito obrigado. A Mesa irá analisar.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (22':59")

«Sr. Presidente. Dá-me dois minutos, por favor? Preciso de um documento.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':04")

«Vamos então suspender os trabalhos por dois minutos.»

[trabalhos retomados às 21h25]

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':29")

«Muito bem. Vamos reiniciar os trabalhos. Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (24':43")

«Muito boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos os autarcas. Boa noite a todas as pessoas que nos estejam a assistir em casa. Se o momento é histórico, então a história também está feita por aqui. Parabéns, Sr. Presidente. Aquilo que me pediu, quando trabalhamos em conjunto, está vincado aqui. Portanto, cumprimos mais um objetivo.

Relativamente áquilo que assistimos do Sr. Rui Belo, morador na Calçada Carlos Paião - não sei se a tempo inteiro, se em part-time, se como é que faz a sua vida - mas deixaria, aqui, duas notas importantes. Não tendo muito mais a dizer depois do que oiço de si e do que também escreve. Acho até que as respostas eram evitadas.

O Senhor anda com processo com esta Câmara desde 2018. Já obtive resposta do anterior Vereador, do anterior Presidente da Câmara. Nós fizemos uma audição do género do que tinha sido feito, no passado, desde o mês de março, quando o senhor esteve nessa reunião de Câmara. Constatámos que os moradores da Calçada Carlos Paião, e mesmo na viela que refere, o que dizem é que, algumas das vezes, acontecem alguns barulhos durante a noite. Mas o comportamento de todas as pessoas que trabalham naquela zona tem sido do agrado deles. Não sei se o senhor tem mais alguém para trazer aqui mais alguma vez. Até agradecia que essas pessoas viessem para que nesta Assembleia, e para todos aqueles que nos ouvem e veem, estivéssemos perante um assunto que, então, teria a dimensão que o senhor diz ter e a verdadeira representação dos moradores.

Outra das notas importantes, é que nós temos 15 autos de contra-ordenação colocados contra entidades que possam trabalhar fora de horas, como o senhor refere, pessoas que façam distúrbios na via pública. Temos aqui um, que é engraçado, que é um senhor que está a urinar e que a polícia autuou. Temos aqui faltas de licença de ruído, como o senhor já falou. Realmente também temos aplicações de coimas. Se calhar, muitas vezes, essas coimas até são de valor inferior face a eventual cessação da licença, mas deixaria uma reserva sobre esse assunto. As esplanadas têm sido verificadas.

O que sei, também, é que o senhor poderia ter contado aquilo que se passou na GNR. O senhor foi a uma reunião, na GNR, e a GNR também ficou muito preocupada com as vezes que o senhor telefona para a GNR e depois não acontece nada. Poderia ter referido isso aqui. Terá outras oportunidades para o fazer. É importante também saber que a GNR trabalha com a Câmara Municipal de Ílhavo, trabalha com a ASAE e com todas as outras entidades. Não estamos para deixar resolver. Estamos para resolver. No dia em que o Senhor Presidente estiver a cumprimentar as pessoas, também o pode fazer. Tem essa liberdade de o fazer. Não precisa de olhar para os outros, pode ir cumprimentar as pessoas todas. É simples.

Dizia-lhe só o seguinte, para finalizarmos este assunto, que não gosto, muitas das vezes, da forma como o senhor se dirige, seja por escrito, seja verbalmente. Isso também é um direito que me assiste. E fico por aqui. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':03")

«Muito bem. Chegou à Mesa um conjunto de documentação, que irá ser analisada e terá o consequente seguimento.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':16")

«Entramos no período de “Antes da Ordem do Dia”, comumente conhecido como PAOD, para que as pessoas se familiarizem com algum da nossa terminologia.

Relembro que este período está reservado a temas não coincidam com o Ponto 1 da Ordem do Dia, que é a comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.

Abro, assim o período de inscrições para a primeira intervenção do Período de Antes da Ordem do Dia. Quem se inscreve?»

Sérgio Louro, CHEGA: (30':00")

«Boa noite a todos os presentes. Boa noite à Mesa. Ao Executivo.

No fim de semana passado, numa ida à Costa Nova, num passeio pela marginal, detetei coisas que penso que o Executivo não terá conhecimento. A primeira coisa estranha que vi foi um cais no lado esquerdo do navio-hotel, em que tem uma placa a dizer 'Propriedade Privada - Proibida a Entrada'. Fiquei estupefacto porque julgaria eu que a Ria é algo do domínio público. Continuando o passeio pela marginal, não deixei de reparar que o Cais dos Pescadores está a necessitar urgentemente de manutenção. As plataformas têm tábuas partidas. O Município incorre em responsabilidades por acidentes que ali possam ocorrer. Assim como na plataforma, alguns dos flutuadores devem estar furados e estão inclinados. Obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (31':41")

«Boa noite aos digníssimos presentes. Gostaria de questionar sobre o desenvolvimento de trabalhos orientados para a integração de pessoas com deficiência, já que esta estava definida como uma área prioritária da política autárquica no vosso compromisso eleitoral. Mais especificamente, as duas vertentes que definiram como prioritárias: o levantamento de barreiras arquitetónicas e a promoção da autonomia pela empregabilidade – tinham na altura uma definição vaga. E, na realidade, representam até uma visão limitada, tanto da inclusão da pessoa com deficiência, como da realidade do Município.

Portanto, eu quero também entender como é que tem evoluído a vossa perspetiva de intervenção nesta matéria. Obrigada.»

Sónia Gomes, PS: (32':50")

«Boa noite Sr. Presidente e membros da Mesa. Boa noite, Sr. Presidente da Câmara e Executivo. Caros colegas e Público.

É na qualidade de moradora na Praia da Barra que alerto e peço especial atenção ao Sr. Presidente da Câmara para algumas das dores que os habitantes deste lugar já começam a sentir com o início da época balnear. São recorrentes, ano após ano, os mesmos problemas que também podem ser extensivos à praia vizinha, à Costa Nova, e para os quais sentimos que não somos ouvidos, não temos palavra, que apenas servimos para pagar o IMI e outros impostos, sermos bons acolhedores de quem, de fora, nos visita.

A Praia da Barra, assim como a Costa Nova, merecem mais atenção e que nos mostrem que nós também fazemos parte deste Município.

Passo a enumerar algumas das nossas queixas para as quais não só questiono o Sr. Presidente da Câmara se já tem conhecimento de algumas delas ou da sua totalidade, mas que lhes dê a devida importância e que reforce, junto das entidades competentes, nomeadamente da GNR, a necessidade de reforço da vigilância, da necessidade autuar, se assim for necessário, e que nos permita viver em segurança:

- estacionamento indevido nos passeios, não só porque bloqueiam a passagem dos peões como colocam em perigo principalmente as pessoas com mobilidade reduzida e com crianças;
- excesso de velocidade em avenidas de grande movimento de peões e passadeiras, com o completo desrespeito pelo limite de velocidade, assim como pela sinalização de passadeiras, colocando em risco quem ali passa, também;
- corridas ilegais de carros, especialmente em horário noturno, em zonas centrais como a Avenida Fernão Magalhães, mais conhecida como a Avenida do Farol;
- contínuo aumento de assaltos a veículos, residências, assim como, também, episódios de violência que se têm detetado ultimamente.

Questiono também a Câmara Municipal e o seu Executivo sobre o planeamento conjunto com a empresa concessionária da limpeza urbana relativo ao facto de, quer a Barra, quer a Costa Nova, terem uma população flutuante relacionada com a sua vertente balnear, o que provoca um elevado stress nos equipamentos contentores e papeleiras, levando a que, aos fins-de-semana, a partir de maio e em toda a época balnear, se vislumbre um cenário pouco salubre de vido à fraca frequência de limpeza e recolha.

Para finalizar, aproveito também para questionar o Sr. Presidente se tem conhecimento de piso danificado no passeio que acompanha a entrada da Ria, paralelo à Avenida Infante D. Henrique, o qual se encontra com fissuras acentuadas, com o piso a ceder para dentro da Ria e que coloca em risco quem por ali passar e quem costuma ali estar. E ainda se pode reforçar, junto das entidades competentes, a necessidade urgente de intervenção naquela zona. Obrigada.»

José Pinto Reis, UPF: (36:01")

«Boa noite a todos. Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia e distinta Mesa. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo. Caros colegas. Caros Municípes. Gostaria de saudar de forma especial todos aqueles que estejam ou venham a visionar esta reunião via streaming.

Iniciamos hoje uma nova era na visibilidade dos trabalhos da Assembleia Municipal. A partir de hoje tudo aquilo que aqui for dito e feito será publico e estará disponível para todos os interessados.

Tenhamos consciência que é uma nova realidade que tem alguns riscos, tal como a utilização indevida das imagens ou som, a manipulação das mesmas, ou a vertigem para a político espetáculo.

O Movimento Unir para Fazer sempre defendeu que este seria o caminho a percorrer. Tivemos e temos as nossas reservas quanto à redação do regimento, em termos legais, e quanto ao meio para a distribuição do sinal. Já quanto ao princípio de promover o acesso a todos dos trabalhos desta Assembleia nunca pusemos tal em causa.

É um passo em frente na promoção da política local e do trabalho desta Assembleia, mas é um passo com custos. É bom que todos tenhamos a consciência que, ao contrário do que nos foi dito e afirmado inicialmente, os custos não são tão irrisórios como se pintou no início. Podemos hoje afirmar que as transmissões destas Assembleias terão um custo anual equivalente a 50% das nossas senhas de presença anuais.

Mas são custos que a democracia exige e, por isso, somos todos nós responsáveis, repito, todos os que estamos nesta sala somos responsáveis pelos presentes custos que esperamos sejam usufruídos pelos nossos cidadãos.

Neste percurso de valorização deste Órgão e de aproximação entre os eleitos e os eleitores gostaríamos de propor ao Sr. Presidente da Assembleia que considere a hipótese de que esta sessão ordinária de junho, pelo menos esta, ou outra que venha a considerar mais apropriada, passe a reunir rotativamente em cada uma das Freguesias. Sabemos que regimentalmente o Unir para Fazer não dispõe do número suficiente de membros para fazer formalmente esta proposta e por isso a deixamos de forma informal para que o Sr. Presidente a possa ter em conta.

Antes de terminar gostaria de endereçar as nossas felicitações à recém-eleita Presidente da Comissão Política Concelhia de Ílhavo do PSD, à Sra. Vereadora Fátima Teles e a toda a sua equipa, fazendo votos de um bom trabalho em prol do Município. Muito Obrigado."

Ana Raquel São Marcos, UPF: (39:18")

«Boa noite a todos. Trazemos, hoje, aqui, um assunto que nos preocupa, quer como autarcas, quer como municípes, mas também, sobretudo, como pessoas. Sabemos que a desigualdade no país se agravou com a pandemia. Se antes da mesma a taxa de risco de pobreza tinha vindo, de facto, a cair, a partir de 2022 deu-se uma inversão deste cenário. Em 2020, o risco de pobreza em Portugal aumentou para 18,4%.

Os números que saíram, ontem, do Instituto Nacional de Estatística revelam que a taxa de inflação inicialmente estimada para maio está nos 8% e teve a maior variação desde 1993. Ora, o que é que isto significa? Uma subida do índice do preço no consumidor, o aumento dos preços da alimentação, dos combustíveis, da energia. Aumentos incríveis. Números como 27% nos produtos energéticos, quase 12% nos produtos alimentares, apenas como exemplo. Sabemos também que 1,6 milhões de portugueses são pobres e vivem com menos de 540 euros por mês.

Números à parte, a questão que colocamos é esta: como é que uma família consegue sobreviver com todos estes aumentos, com esta inflação crescente?

Sabemos que o Executivo não pode alterar estes números, mas o que gostaríamos de realçar com esta questão é sabermos se está equacionada alguma medida adicional de apoio às Famílias, para o futuro, sabendo que muitas delas vivem com casos de pobreza escondida e que, muitas vezes, têm vergonha de revelar esta necessidade de ajuda. Já nesta Assembleia Municipal tinha-se falado do aumento do custo da mão-de-obra, da energia, da matéria prima, mas este aumento preocupante da inflação veio cair na mão, ou no bolso, de todos nós. O que nos faz temer pelo futuro que vai trazer, em concreto, neste caso, em particular para o Município de Ílhavo. Retomando as palavras que aqui já ouvimos várias vezes, o Movimento 'Unir Para Fazer' continua a ter as pessoas como prioridade. Obrigado."

Cláudia Reigota, UPF: (41':39")

«Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara Municipal e demais Autarcas. Minhas senhoras e meus senhores.

Hoje, trago aqui um tema que me é particularmente grato, por tudo aquilo que já tenho vivido nesse meio.

A cultura de um Povo é, a par com a economia e a assistência social, um dos pilares que permitem que esse mesmo Povo se afirme como identitário de uma comunidade mais vasta e diferenciadora. Um Povo que não se cultiva é um Povo sem rumo definido. No que diz respeito ao nosso concelho, esta verdade é mais aglutinante pela singularidade que esta cultura tão nossa, tão Vareira, tão piscatória e tão arreigada nas agras e no saber fazer o bom pão tem o seu peso social e o seu valor. Tudo isto é tão nosso: Ilhavenses.

E nas várias definições do que é a cultura, todas ou quase todas elas verdadeiras, pretendo só ter presente uma possível definição (embora quase sempre errática) de que a cultura é tudo aquilo que nos enriquece no conhecimento e nos valoriza como pessoas, como cidadãos e como comunidade. A cultura pode ser trazida de fora do nosso contexto concelhio e passará a cumprir o seu papel essencial; se, vinda de fora, deixar a sua marca indelével na nossa valorização como cidadãos. Mas a cultura é fundamentalmente enriquecedora quando é criada, valorizada, defendida e partilhada dentro da nossa comunidade concelhia.

Saibamos valorizar o que em Ílhavo e por Ilhavenses se faz em termos culturais; uns Ilhavenses por cá nascidos, outros que adotaram esta nossa terra para viverem.

Tenho a forte convicção que a cultura, toda ela nas diversas vertentes artísticas, é muito mais rica quando tem no seu âmago e na sua essência a sociedade Ilhavense e por esta é criada e acarinhada.

O movimento Associativo é um excelente exemplo disso mesmo! E o concelho de Ílhavo bem se pode orgulhar das Associações que tem.

E quero deixar uma ressalva, porque de cultura é o meu foco de hoje, o movimento associativo, na área do desporto do nosso Concelho, é motivo de orgulho para qualquer Ilhavense. Do associativismo desportivo poderei falar mais tarde, numa outra ocasião.

Os agentes diretos e dirigentes associativos (falo com conhecimento de causa na base de mais de 35 anos ao serviço direto da cultura tradicional Ilhavense) sentem alguma discrepância e desacerto nas calendarizações e valorização daquilo que tão carinhosamente defendem: a cultura do nosso Concelho.

Sabemos o que fazemos e sabemos como criar mais valia cultural, sabemos promover a nossa identidade como pescadores, empresários, construtores náuticos, de filhos da Ria (embora talvez filhos de um deus menor, como dizia o poeta).

Os agentes e dirigentes das Associações do Concelho não recebem salário para fazer o que quer que seja, programam as suas atividades com equidade visando a melhor e maior eficiência e otimização financeira e logística disponível; trabalhamos para a

sociedade Ilhavense sendo, quase todos nós, parte nascida dessa mesma sociedade Ilhavense. É assim que se faz e se deve promover cultura!

Deve ser claro para todos nós, penso, que é importante trazer a Ílhavo espetáculos que sejam uma mais valia cultural, sem dúvida! Mas que se pondere a sua calendarização e fundamentalmente a sua quantidade; espetáculos importados em massa poderão trazer encargos financeiros para o erário camarário, sem a devida ponderação das mais-valias que Ílhavo recebe.

Devemos refletir se não são encargos dispensáveis pela sobrecarga com os eventos que são apresentados. Ouvimos já, nesta sala, que a atual realidade financeira tem que ser prudente e acutelada; razão pela qual devemos ponderar se os recursos que estamos a direcionar para este tipo de atividades produz o resultado esperado, sendo que estes montantes poderiam ser investidos noutras áreas prioritárias, como a educação, a assistência social ou o reforço de infraestruturas básicas.

Sei perfeitamente que nem tudo são rosas no movimento associativo ilhavense; se há lacunas... (que as há) que se identifiquem e se apoie com formação, logística ou o que quer que seja necessário essas Associações mais débeis.

É que o que é feito cá, cá fica, cá há de prosperar e dará frutos; bons frutos, espera-se. Sinto, como dirigente associativa e como membro desta Assembleia, a necessidade de se aglutinarem projetos comuns e parcerias culturais entre as várias associações. Pode-se fazer muito mais e melhor se o fizermos em conjunto. Isolados...será tudo mais redutor e mais difícil.

Podem as senhoras e os senhores nesta sala estarem a pensar: “mas o que é que esta quer pedir...?”. NADA! O dirigente associativo Ilhavense não pede: FAZ! Concretiza!

O Associativismo Ilhavense e com sede social neste concelho sabe fazer, não precisa trazer de fora para nos ensinar o que somos, como somos e o que devemos consumir como pacotes culturais externos que tantas vezes são apresentados de forma isolada e desgarrada do contexto real do nosso tecido social.

Não fazemos espetáculos “por atado”, em grande quantidade, num pequeno espaço de tempo. Isto seria cultura ou diversão?

E se for diversão, dever-se-ia aferir os custos de tais diversões em contraponto aos poucos Ilhavenses que dela usufruem. Será que temos conseguido ganhar públicos do Município, ou de fora, para estes eventos que não são para as grandes audiências? Gostaria que se pensasse nisto.

O que vem de fora, com os custos financeiros inerentes e talvez de forma incompreensível, pouco ou nada cá deixa. O que é criado em Ílhavo, pelo seu tecido Associativo, cá fica na sua plenitude e pode (e deve) ser mostrado ao país.

Este é um diagnóstico que não se resume aos poucos meses de mandato que este Executivo tem, mas reflete uma tendência seguida nos últimos mandatos.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da nossa Autarquia, senhores Vereadores e demais presentes nesta sala, atrevo-me, se me o permitem, pedir uma só coisa:

Pensemos, ponderemos, e em espírito construtivo, avaliemos se a nossa cultura Ilhavense e o nosso rico tecido Associativo não merece ser visto e valorizado com uma visão mais positiva e proactiva. Obrigada.

Hugo Coelho, PSD: (48':46")

«Boa noite a todos. Sr. Presidente; Mesa; Sr. Presidente da Câmara e Executivo; Srs. Membros; Staf de Apoio; nosso público e a quem nos vê e ouve a partir de casa, uma saudação especial.

Só queira congratular-me pelo facto da Mesa e o Executivo terem trabalhado em conjunto para que pudéssemos ter esta transmissão e que, em casa, pudessem ver e

participar ativamente e civicamente com a nossa comunidade, porque o Município é de todos nós. A participação de todos é fundamental.

Hoje, temos aqui um aparato técnico que faz com que nas intervenções de cada um tenhamos que olhar para o VAR para sabermos se a jogada é legal ou não. Mas é um aparato que também nos deve orgulhar.

A nota que queria dar, aliás duas notas, tem a ver com as pessoas de fora que estamos a acolher no nosso Município. Pessoas que vêm doutros países, doutras culturas. Juntando ao Associativismo e áquilo que o nosso Município tem para oferecer. Nós, hoje, recebemos bastantes pessoas, de várias faixas etárias, de vários estratos sociais, de vários níveis de conhecimento.

A nossa Universidade acolhe muitas pessoas, acolhe alunos, professores. As nossas empresas acolhem também muitas pessoas. Nós precisamos de saber integrar essas pessoas na nossa comunidade.

Integrar não é apenas arranjar em casa através de entidades privadas. É criar um meio ambiente que nos permita ter uma vida integrada na nossa comunidade, para integrar as famílias, as crianças na escola, no desporto, no associativismo, para que consigamos enriquecer o nosso tecido económico e social.

Sabemos que vivemos momentos de necessidade de recursos humanos capacitados e qualificados, em vários setores e em várias áreas, e não nos podemos dar ao luxo de não aproveitar todo este conhecimento destas pessoas que vêm de fora.

Deixo um apelo e uma pergunta à nossa Câmara Municipal: se há algum plano, alguma estratégia para poder acolher e integrar estas pessoas nas mais diversas áreas - os chamados soft planning - no nosso Município, na cultura, no desporto, na educação, porque há culturas que se integram facilmente, principalmente as de língua portuguesa. Se há pessoas que falam outras línguas e têm mais dificuldade, devemos ter mais atenção. Os povos de língua portuguesa têm essa facilidade de integrar e nós queremos que eles não sejam um povo à parte dentro do nosso território. Queremos que façam parte do nosso território e que contribuam positivamente para a nossa economia e para a nossa sociedade. Por isso, deixo a questão se há alguma estratégia, se se planeia fazer alguma coisa para que estas pessoas não se percam e se possam integrar, plenamente, na nossa comunidade. E, naturalmente, que não se tornem em grupos marginais à nossa comunidade, com tudo o que isso tem de mau.

É algo que merece toda a nossa atenção. Estamos num momento de receber pessoas, num momento de planear para sabermos recebê-las bem.

E nesse 'receber bem' é importante que todos nós saibamos ser zeladores do nosso Município. Ouvei falar sobre a Praia da Barra, mas, se mo permitem, estendia isto para o Município como um todo.

De facto, nós recebemos pessoas de fora. Nós próprios somos utilizadores e usufruímos do nosso espaço e queremos ter um bom espaço, queremos ter um bom Município.

Hoje, assistimos a um problema que não é de agora, é um problema que já vem de algum tempo, apesar de se estar a agravar: é a questão do lixo, que já foi falada aqui, oportunamente. Não é um problema de agora, mas está a agravar-se. É necessário arranjar-se uma solução, sermos criativos a arranjar essa solução. Nós sabemos que os contentores têm picos na questão da sua utilização, em que estão completamente cheios, com lixo à volta. É uma má imagem para nós próprios e para quem vem de fora. Nós precisamos de ter um Município limpo e que seja o nosso orgulho, que nos dê condições de vida e que não assistamos ao que temos vindo a assistir que é o lixo generalizado por todo o lado. Nas praias, na Praia da Barra, particularmente.

Isto é mau para a nossa saúde pública. É mau para quem nos visita. É mau para os turistas. Nós queremos turistas cá, queremos pessoas a gastar dinheiro cá, a investir cá, fazer uma vida cá nem que seja sazonal. Queremos que o Município atraia outras pessoas.

Claro que não é só a questão do lixo. É através da simpatia, da gastronomia, com tudo aquilo que é o nosso Município, com tudo aquilo que o nosso Município tem para atrair. Mas o lixo é um aspeto muito importante. E nós temos que ser os principais atores.

E, neste caso, apesar de não ser a Câmara Municipal de Ílhavo responsável pelos contentores do lixo, é responsável por monitorizar - porque é a entidade contratante - e apelar a que as coisas, de facto, funcionem e que não estão a funcionar. Assim como, ao trazermos o investimento para cá, ao trazermos as pessoas de fora, trazemos empresas de fora, temos que ter algum cuidado porque esta é a primeira imagem que nós temos. E temos que passar uma imagem positiva para atrairmos cada vez mais investimento, de mostrar aquilo que temos de bom: as praias, a Vista Alegre, a Ria, as Zonas Industriais. Não queremos passar uma má imagem.

Perguntava, além da questão que coloquei, duas coisas.

Penso que foi na Assembleia de fevereiro que deram nota que estava a ser desenhado um plano para a resolução dos lixos e para a sensibilização. Houve ou não algum avanço nesse plano, se já há alguma coisa, porque já passou algum tempo? Queremos saber.

E também... nós compreendemos que o custo de vida aumentou, que os preços aumentaram - a empresa que faz a recolha do lixo deve ter aumentado o custo e que poderá ter algum impacto na qualidade do trabalho - mas perguntamos também se houve algum pedido, de parte a parte, para tentar resolver isto, numa renegociação do contrato, para melhorar o serviço.

Deixava estas duas questões.

Por último, isto não é só uma questão de custo ou dinheiro para as filmagens, é uma questão de serviço, da Assembleia prestar um bom serviço. É só."

André Guimarães, PSD: (57':14")

«Boa noite a todos.

"Têm sido dias difíceis". "Eu não aguento ter que lidar com isto agora". "Ninguém me quis ajudar naquela altura, naquela situação de pânico". "Questiono se me devo ou não queixar, pois tenho medo de retaliações". "Ouvi dizer que o meu pai preferia ter um filho viciado". "Pontapés na cabeça, nas costas. Cuspiram-me na cara. Tentaram violar-me. O que mais me chocou foi ninguém fazer nada".

Todas estas frase são excertos de relatos de seis vítimas de discriminação. Escolhi as frases mais suaves. São seis pessoas, são seis portugueses, são seis vidas. Poderiam ser 170, aquelas que, em 2019, declararam ter sido vítimas de discriminação sobre as mais diversas formas: insulto, ameaça, bulliyng, discriminação no acesso a bens e serviços, tentativa de agressão ou agressão efetiva.

Uma discriminação aconteceu na rua, em instituições, no meio online, provocadas, na sua maioria, por desconhecidos em relação à vítima. Mas também em casa, são cerca de 20% os que dizem ter sido discriminados pela própria família.

Muitos dizem que a discriminação não os afetou minimamente, foi só no corpo. Porque não? Porque são mais de metade aqueles que assumem que a experiência de discriminação teve efeitos destrutivos na sua vida, na sua dimensão psicológica e social. E pasme-se saber: quase dois terços das vítimas não prestaram queixa nas autoridades. Falo de um universo de 170 pessoas de todo o país que assumem terem sido vítimas de discriminação. Podem talvez ser mais ou até poderiam ser menos. Bastava uma para nos indignar, sendo nós responsáveis pelo funcionamento de instituições democráticas e persecutoras da liberdade universal e da igualdade de todos e de todas. Trago-vos aqui 170 vítimas de discriminação contra pessoas em função da sua orientação sexual, de identidade ou de expressão de género.

Os dados que vos apresentam integram o relatório de 2019 da ILGA Portugal, associação nacional reconhecida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de

Género, que luta pela igualdade e contra a discriminação de pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans e intersexo - a famosa sigla LGBTI - e das suas famílias em Portugal. Informação sobre pessoas LGBTI permanece, em Portugal, uma realidade não documentada e subrepresentada nos indicadores oficiais de crimes e incidentes discriminatórios. Mas todos sabemos que ela existe, de forma explícita ou de forma mais implícita, no discurso social.

No mês de junho, todos os anos, há mais de 50 anos, marca o mês do 'Orgulho gay' que alerta para a importância de promover a igualdade e a não discriminação contra pessoas LGBTI. É o mês que envolve os representantes e os líderes das instituições da nossa sociedade a dar um passo confiante na construção de uma sociedade mais justa e mais integradora. Os autarcas e as autarquias, nós não somos exceção.

Por este motivo, eu exorto o Executivo Municipal a ter em consideração, a partir de agora, e numa ambição que eu quero ver quase pioneira, a iniciar um processo de formulação de políticas públicas ativas de base municipal que preveja a criação e condições de mais igualdade e menos discriminação de pessoas LGBTI, atentas às particularidades desta população... porque é população. Porque são votantes, tal como todos nós aqui. Não me refiro a hastear uma bandeira ou a colorir, temporariamente, um logotipo. Isso é a política do espetáculo. Eu refiro-me a medidas concretas e imprescindíveis para a concretização de um Concelho de Ílhavo mais inclusivo.

Destaco, e peço que apontem para memória futura, as seguintes:

- 1. a necessária e urgente atualização do Plano Municipal de Igualdade de Género, de modo a prever um diagnóstico e uma definição de linhas de orientação estratégica para a não discriminação em função do sexo e da orientação sexual e igualdade de género;*
- 2. o início de um diálogo com organizações e estruturas associativas da sociedade civil que permitam internalizar mais conhecimento institucional sobre esta matéria;*
- 3. a auscultação dos serviços municipais, nomeadamente os do atendimento e funcionamento com o público com vista a obter informação e pareceres das pessoas que estão no terreno sobre atendimento a pessoas LGBTI e quais as suas experiências de serviço;*
- 4. o reforço da articulação com serviços públicos e forças de segurança nacionais para o devido acompanhamento e encaminhamento de pessoas LGBTI e que possam recorrer aos serviços da Câmara Municipal, sendo a Câmara Municipal uma estrutura local de representação mais próxima do cidadão;*
- 5. a inclusão de matérias sobre pessoas LGBTI em quadros de formação profissional de funcionários públicos, em complementaridade com outras formações já existentes ou comumente mais conhecidas, tais com as igualdades de homens e mulheres que até vem inscrita na Atividade Municipal;*
- 6. a promoção da igualdade e dos direitos humanos no combate ao preconceito, em temática de trabalho com a comunidade local, nomeadamente no âmbito do pelouro da juventude - como, por exemplo, os workshops de formação que falámos no Conselho Municipal de Juventude. E falo de direitos humanos, não exclusivo à questão LGBTI, mas também de outros grupos alvo de discriminação. Falamos aqui dos imigrantes, dos refugiados ou pessoas portadoras de deficiência;*
- 7. promover a igualdade e garantir a possibilidade de cada um ser como é e como quer. Não é uma matéria de um partido. É uma responsabilidade de cada um, que assume o exercício de funções públicas num quadro de democracia.*

Sr. Presidente da Câmara pergunto-lhe o que lhe apraz dizer e qual é a intenção da Câmara Municipal sobre esta temática.

Todos recebemos a chamada.

Antes de terminar deixo só uma nota. Ir na rua e ser insultado. Publicar uma fotografia nas redes sociais e receber ameaças na caixa de comentários. Querer ir à escola e aprender, mas ter medo de sair quando a campainha toca para o intervalo. Ter que dar

a cara em mais de vinte lugares diferentes para alterar o nome no Cartão de Cidadão, após um processo brutalmente exigente em termos hormonais e psicológicos. Ser agredido e ter vergonha de contar o sucedido, em casa, na polícia ou no centro de saúde. Já aconteceu, certamente, com alguns de nós. Está a acontecer, certamente, com alguém da nossa família. E pode estar a acontecer com alguém por quem queremos muito. A responsabilidade é nossa."

Margarida Alves, PSD: (01:04':06")

"Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo e Secretários da Mesa, boa noite. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e Vereadores do Executivo, a todos uma boa noite. Caros Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo. Caro público. Cara comunicação social.

Eu não posso deixar de manifestar a política espetáculo. Para mim a política não é espetáculo, porque não fomos nós que fizemos o espetáculo de fazer do 25 de Abril um Carnaval. Não fomos nós que fizemos essas propostas e isso é que é política espetáculo. Não fomos nós que pensamos que descentralizar agora com os custos, vamos descentralizar, então vamos ter maiores custos. Acho que tem que haver aqui algum bom-senso quando dizemos as coisas. Alegamos que vai custar metade das senhas e se descentralizarmos para as outras Freguesias qual é o custo estimado? Este é o palco para nós estarmos. É a nossa Assembleia. A Assembleia da República funciona onde funciona. As Assembleias Municipais funcionam onde funcionam. E estamos a chegar ao público, sob também proposta do Unir Para Fazer que ganhou as eleições, e nesta Assembleia Municipal o Partido Social Democrata votou para que 'sim senhora' devíamos chegar às pessoas.

Queria fazer duas questões ao Sr. Presidente de Câmara. Pegando naquilo que o André nos apresentou, dar os meus sentimentos às 13 famílias das 13 mulheres que, até hoje, já foram assassinadas durante o ano de 2022. Digo as mulheres porque nós não sabemos os homens. Digo mulheres porque não sabemos crianças e não sabemos idosos. Estes são os números decretados... são 13. É uma pessoa por quinzena. São demais. Naturalmente que sou uma defensora, por isso é que faço parte de um partido inclusivo, e fiquei muito contente quando a Assembleia da República aprovou a coadoção, porque mais vale a criança ter dois pais ou duas mães, do que não ter ninguém. E isso dou os parabéns porque estão a ajudar a criar um ser humano digno.

Outra questão é aquilo que nos vai afetar - e aqui faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara - porque o processo de descentralização é uma preocupação do Partido Social Democrata. Aquilo que tem acontecido, nos últimos dias, com o Serviço Nacional de Saúde nos deve levar a pensar o que é que está a ser feito por este Governo. Porque é assim... dá-me a sensação que estão a adiar o processo para a descentralização. Isto é grave. Eu não quero que os Presidente de Câmara do meu país levem com o ónus de ter que reordenar quadros, de ter que rever mapas de férias, de ter que fazer substituições, se é feriado, se não é feriado, qual é a crítica do médico x, y, z... maternidades que não abrem, que são encerradas por falta de operacionais; agora abrem-se concursos. Isto é vergonhoso. O Serviço Nacional de Saúde é o Estado, é o Governo, ele é que tem que resolver, não são os municípios. Por isso é que votámos contra, tanto na Assembleia Municipal de Ílhavo, como na CIRA. O que nos preocupa é que não temos dotação orçamental para isto. Não vamos dar este ónus aos Municípios de Ílhavo.

Sr. Presidente da Câmara. Naturalmente que há aqui duas questões que eu queria colocar. Uma que tem a ver com o aproximar da época de incêndios e gostaria de saber o ponto de situação quanto à limpeza dos terrenos e as faixas de incêndio, nomeadamente na Zona Industrial da Mota. O ICNF tem feito um trabalho conjunto com o Município, e gostaria de saber se se mantém com o atual Executivo.

E, naturalmente, queria colocar a questão relativamente a esta questão da saúde, se podemos contar consigo, e nomeadamente com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo na Associação das Assembleias Municipais de Portugal, com a vossa irreverência, com a vossa assertividade, que isto não é como o Governo quer impingir. O Governo quer impingir isto aos municípios. Não são os autarcas. Temos responsabilidades limitadas. Vamos proteger os executivos eleitos das câmaras municipais e, nomeadamente, das juntas de freguesia. Não as esquecendo porque também são um braço direito e um braço esquerdo dos municípios. Muito obrigada."

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:09:30")

«Muito obrigado. Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Só uma pequena nota em relação à intervenção do eleito José Pinto Reis. A Mesa estava consciente do custo ou do investimento que estaria envolvido nas transmissões. Isto talvez pudesse ter sido um tema de discussão na reunião de Conferência de Líderes, que tivemos, exatamente, há oito dias, onde estivemos, todos, a trabalhar. Mas com toda a sua preocupação relativamente aos custos, imagino que descentralizar, ou ter aqui alguma itinerância na transmissão, vai, conseqüentemente, aumentar mais os custos. Portanto, eu passo essa bola ao Sr. Presidente da Câmara e, caso o Sr. Presidente da Câmara veja alguma disponibilidade para tal, a Mesa não se irá opor a nada. A Mesa deseja estar o mais perto possível dos cidadãos.

Passo, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:10:26")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Só dizer que estou com algumas lesões e para jogar à bola não estou preparado. Mas claro que vamos fazer aquilo que combinámos os dois. Trabalharemos em conjunto para ver se será ou não possível. Não me parece que seja real essa situação, mas estaremos cá para defender uma posição em conjunto. Iria começar por dar uma nota ao Sr. Sérgio Louro. Relativamente aos assuntos que referiu, com agrado observo que despertou de uma das melhores paisagens do mundo - a Costa Nova - e que esteve numa das marginais que tentamos cuidar e tratar com aquilo que recebemos. Estamos a fazer o nosso melhor e que o assunto a que se referiu diz respeito à Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, só eles é que poderão responder sobre essa questão da colocação do cais. Relativamente ao Cais dos Pescadores, aí já é com a Câmara Municipal de Ílhavo. Estamos em fase de adjudicação de um processo de aquisição de madeiras para restituir a condição ideal daquele cais. Tivemos algumas situações menos agradáveis porque alguns flutuadores romperam com a ausência da água. Estamos a tentar encontrar uma solução de fibrar e voltar a utilizar os flutuadores que temos lá, se não iremos ter um custo acrescido com uma operação que já estava em curso. Vamos tentar, sempre solidários com essa operação, resolver da melhor forma aquilo que nos entregaram para dar a melhor solução aos nossos pescadores da Costa Nova e a outros que têm lá o seu barco, e que têm estado privados de o ter lá e que os têm, neste momento, na marina do Porto de Aveiro, junto à Ponte da Barra, pelo lado norte.

Diana Gandarinho. Relativamente às barreiras arquitetónicas, o que lhe tenho a dizer é que há um trabalho feito. Pode ler na Atividade a informação das 'Acessibilidades 360'. Portanto, estamos preocupados com essa matéria. Fizemos logo esse trabalho mal entrámos na Câmara. Verá a eliminação de muitas dessas barreiras que nós temos e que encontrámos, outras que poderá definir. Estamos completamente recetivos a essa informação, a tudo o que nos puder chegar e que tenha enquadramento - neste projeto

já não tem, já está feito - noutros projetos que venham a surgir. Nós cá estaremos para defender isso. Neste momento, julgo que o orçamento municipal não consegue responder a algumas das expectativas que nós próprios temos e que, junto com as suas, poderá ser mesmo difícil essa resposta.

A interação com pessoas com deficiência já existe. Aliás, temos um concurso aberto e se aparecerem essas pessoas há um contingente de entrada. Estamos recetivos a essa situação. No entanto, ainda hoje reunimos com o CASCI - também temos outros parceiros importantes no nosso Município - para dar essa resposta e essa integração. Mantemos esse tipo de apoios que são aprovados em reunião de Câmara. Aquilo que nós sentimos é que esse trabalho é bem feito e se trabalharmos com eles estamos a participar, também, num projeto comum, nesta casa comum que é de todos.

Relativamente à Sónia, fico muito contente pelos processos todos que trouxe aqui. A GNR vai ficar muito contente com aquilo que trouxe aqui, hoje. Eu próprio tinha noção de algumas situações, passo a ter outras. Sabemos também que a Barra tem uma Associação com um grande dinamismo que é a Associação dos Amigos da Praia da Barra. Temos estado com eles; ainda no fim-de-semana estive com eles nas iniciativas das Marchas Sanjoaninas. Irei falar com eles. Penso que pode ser um elo de ligação entre nós porque temos aqui um parceiro comum importante, e fico muito contente. Não sabia disto, dos assaltos, mas terei o cuidado de, na próxima semana, telefonar ao Sr. Comandante, sargento Pedro, do nosso Destacamento de Aveiro, no Posto Territorial da Gafanha da Nazaré, para o informar e tentarmos trocar isto. Não frisou aquilo que são os carros abandonados. Temos um processo em curso. A Câmara Municipal, como sabe, teve órfã, durante muito tempo, de juristas no seu Gabinete Jurídico. Hoje temos alguma estabilidade com a entrada de duas juristas o que tem permitido dar curso a esses tratamentos. Penso que, em breve, poderemos ter soluções perante essas denúncias e informações da Barra e da Costa Nova, como de outros locais. E dir-lhe-ia também que tem a felicidade de viver numa Praia da Barra que também está num EcoFreguesia que é a Gafanha da Nazaré. Essas situações preocupam o Município e a Freguesia que é muito importante neste processo. Hoje não temos cá o Presidente da Junta, temos um representante, Sr. José Arvins, mas que também regista isso com agrado, porque é nessa recordação dos problemas que nós conseguimos melhorar. Se estivéssemos sempre plenos de razão, faríamos, com certeza, tudo bem, o que seria ótimo.

Mais uma nota que lhe dou, normalmente, nesta altura de verão, há um reforço da entidade que trabalha connosco - a SUMA - na limpeza das nossas praias. A do areal não foi contemplada no projeto grande que se aprovou nesta Assembleia para oito anos de contrato. Foi-o num processo paralelo e temos alguma dificuldade em manter as condições de preço que temos vindo a registar, por causa dos aumentos sucessivos não só dos combustíveis, mas, também, agregados a outros fatores da operação. Tentamos condicionar para que isto fique tudo na mesma para ver se o nosso orçamento responde da melhor forma.

O comportamento, que o Dr. Hugo Coelho referiu, acho que cabe a todos este cuidado na casa comum, para repetir novamente. É importante também estar sensibilizado. Muitas das vezes isso acontece ao fim-de-semana que é quando se regista uma maior afluência. Se calhar, se retivermos um bocadinho o lixo num dia, apesar de nós reforçarmos o número de voltas, podemos ter que sensibilizar o nosso vizinho no prédio ou de casa, ou do nosso condomínio, para criar uma estratégia de não sufocar todos os equipamentos que temos no exterior.

Relativamente ao passeio danificado que falou, eu pedia-lhe um favor: os nossos emails estão todos ativos e, portanto, se nos puder remeter mail, através de uma informação ou de outra forma qualquer, faça-o que nós lemos, damos aos nossos serviços e com o nosso planeamento, dentro do possível, do que são as despesas financeiras possíveis,

daremos resposta a essas situações. Agradeço-lhe muito ter participado, desta forma, nesta Assembleia.

Relativamente ao Sr. José Pinto Reis. Eu não tinha muito para lhe dizer. Eu acho que, hoje, ficou aqui aberto um canal para que a nossa comunidade possa estar a assistir a esta transmissão, possa participar amanhã nalgumas coisas que se passaram aqui e que possa partilhar connosco, de uma forma séria, que é o que se deseja.

Por outro lado, também esclarecer todos aqueles que estão lá em casa que toda esta documentação e todos os assuntos que se debatem aqui, a Atividade Municipal e tudo, está presente no nosso site e pode ser consultada antes desta Assembleia para que todos saibam os assuntos que estamos a falar, porque se não estas Assembleias tinham um tempo infinito. Fica aqui, também, o registo do trabalho que é feito pela Câmara em tratar esta documentação juntamente com o elemento destacado para a Assembleia Municipal. Eu próprio, antes de chegar a esta Assembleia, consultei os documentos estavam lá, de acesso fácil e de fácil trato.

Relativamente à Ana Raquel eu diria que, realmente, este aumento do custo de vida sente-se, hoje, na Câmara Municipal, sente-se no comportamento dos nossos trabalhadores. Temos áreas para alimentação curtas e deficitárias para aquilo que são as necessidades. A Câmara Municipal, hoje, não tem dimensão para o quadro de pessoal que nós temos. Precisamos rapidamente de fazer um ajuste a todo o edifício para dar resposta. Se calhar é preciso prepararmos processos que possam estar a ser abertos no Governo, pela conversa aberta que tivemos com o Sr. Secretário de Estado. Precisamos de reforçar financeiramente a Câmara Municipal para podermos fazer um reajuste a todas as nossas instalações para dar melhores condições a todos aqueles que trabalham cá, porque sinto, perfeitamente, que há um retrocesso e uma contração muito grande nas nossas pessoas, nos quase 600 trabalhadores da Autarquia, na comunidade, com quem partilho, todos os dias, um bocadinho - não o desejado por mim porque gostaria de estar muito mais na rua, e a comunidade tem desejado isso muito mais - mas a organização interna preocupa-me um bocadinho mais e, portanto, tenho-me focado neste trabalho interno da Câmara. Peço desde já desculpa a todos os que me ouvem pela minha ausência por algum tempo, mas penso que este tempo vai ser benéfico para todo o processo de gestão que estamos a elaborar para a Câmara Municipal de Ílhavo, nestes quatro anos em que somos mandatos para governar.

Professora Cláudia Reigota. Eu estou de acordo e não estou de acordo nesta questão da cultura. Estamos a fazer a leitura daquilo que são as despesas relacionadas com os projetos que encontramos. É preciso saber o número dos lugares que temos sentados e aqueles são ocupados; aqueles que são oferecidos; que custo é que tiveram; que pessoas e que espetáculos contratámos; a forma como temos contratado; a forma como investimos na manutenção e nos equipamentos dos nossos espaços culturais; a forma como os cedemos às nossas Associações para elas poderem apresentar os seus trabalhos. Estamos a ponderar isso tudo. Este não era o ano crucial para este trabalho. É o ano crucial, sim, para nós avaliarmos e prepararmos 2023 de uma forma possivelmente diferente, mas deixaria com a minha Vereadora com a área da cultura todo esse trabalho, estando eu também nesse grande pelouro que foi criado - o Pelouro da Comunidade - que centra áreas fundamentais. Nós estamos a trabalhar nessa matéria. Também vamos ter gosto em apresentar isso, claramente, ao nosso Executivo sobre aquilo que é a realidade do projeto que o apanhámos em andamento, que tem 7 anos, que é o 23 Milhas. Mas também há outros projetos culturais que estão aqui embrulhados. Estamos a fazer uma estatística que eu acho que é completa e se não for completa eu vou melhorá-la, nas anotações que não estiverem completas nós vamos completá-las. Acho que vamos conseguir transmitir, se depois o entendermos, à Assembleia Municipal, aquilo que são as conclusões que queremos para estes projetos culturais, com o associativismo, que investimentos vamos fazer, que estruturas é que

temos, que estruturas é que podemos ceder, como é que podemos disponibilizar os nossos equipamentos... tudo isto vai ser tratado de uma forma conjunta para uma resposta única.

Hugo Coelho, eu dir-lhe-ia que o acolhimento destas pessoas tem sido o possível. Neste momento, nós não temos disponibilidade de alojamento. Está complicadíssimo. Algumas das empresas que nós temos visitado, ainda esta semana tivemos mais uma visita a uma empresa de tecnologia de ponta, passámos lá, eu e o meu Executivo, talvez uma hora, e vimos que a maioria das pessoas que lá trabalham não são do nosso Município, mas neste momento não temos resposta para as necessidades. São pessoas com muito conhecimento técnico e bem preparadas.

Eu julgo que há alguns investidores a procurarem-nos para, sentindo esta necessidade, fazerem investimento para venderem futuramente essa oferta que precisamos para, pelo menos, recebermos essas pessoas. Em termos de recursos humanos, aquilo que lhe posso dizer é a expectativa que tenho, num pelouro meu que é o da Educação, de abrir mais uma ou duas salas no pré-escolar. Há necessidade disso. Na Gafanha da Nazaré ainda não tive a oportunidade de falar, mas sinto que temos vindo a crescer. Somos nota de destaque no nosso distrito, as estatísticas comprovam isso.

Relativamente ao trabalho de acompanhamento destas pessoas, os Agrupamentos de Escolas estão a fazer um trabalho brutal. A For-mare também. Pediram-nos ajuda e temos lá instalados equipamentos de internet e estamos a fazer este trabalho com eles. Penso que isto está a crescer e os nossos Agrupamentos darão as melhores respostas que nós precisamos.

Concordo consigo que todos nós devemos ser os melhores zeladores dos Município. Está muito bem.

Quanto aos contentores cheio cabe a resposta que há bocado lhe dei. Se calhar temos que ajudar a gerir isto se não vamos ter sempre este problema.

O plano de resolução dos lixos. Eu lamento muito, nós podíamos ter feito uma candidatura ao PO SEUR e não foi feita pela Câmara Municipal. Perdemos esta base de financiamento. Vamos ver o que é que conseguimos recuperar. A minha Vereadora tem andado atrás de financiamentos, mas não foi a tempo e horas. Não vai ser fácil, mas cá estamos para responder com a dificuldade necessária. Vamos ver o que é que conseguimos resolver. Há uma série de equipamentos que podiam estar aqui contemplados nisto, mas não foi feito.

A renegociação dos contratos do lixo. Neste momento há uma coisa que não tem negociação que é o volume que vai para a ERSUC, para aterro. E é esse que nos está a custar mais dinheiro. É por aí que nos está a custar dinheiro. O resto estamos a conseguir manter. Possivelmente, a operadora quando vê um contentor a meio não para e começa a gerir de outra forma. Mas sempre que vocês virem um problema continuado deem um alerta, temos que saber se temos lá um de 800 ou de 1000 litros e se temos que substituir o contentor. Nós continuamos com a nossa fiscalização muito ativa, não só nessa área, mas em todas as artérias. Percebemos, agora, que temos que fazer algumas varreduras de onde a onde. Deixei na equipa que fiscaliza ver a possibilidade de se fazerem algumas varreduras no nosso Município. Tem uma condicionante. É que nós - eu já passei por ali, pelos Presidentes de Junta - fazemos isso, as pessoas habituem-se e depois questionam porque é que só fizemos uma vez e não voltámos a fazê-lo. Temos que ponderar muito bem essas decisões.

André Guimarães, dar-lhe os parabéns pelo tema que trouxe a esta Assembleia. A Câmara não estará preparada, com o Sr. julga, nem terá a disponibilidade de meios humanos para podermos trabalhar esta matéria, mas fica essa nota importante. O pedido, a informação que leu e as indicações que referiu, por favor, envie-nos. Eu vou tentar, com o meu Assessor, dar-lhes algum encaminhamento e vamos falando sobre essa matéria. Tenho também sentido a presença desses problemas. No nosso

atendimento isso não se passa, mas, de qualquer maneira, fica o alerta e estarei cá para dar as respostas necessárias.

A Margarida Alves fez a referência do palco. Não vou dizer nada sobre isso. Mas fiz-me duas questões.

O ponto de situação quanto às limpezas na Zona Industrial da Mota. Esta área tem tido, nos últimos anos, um pleno de corte das ervas. Deixo no meu Vereador esse trabalho que está preparado, já passou a requisição pela minha mão, voltou para trás. Estou a tentar, com o prestador do serviço, para ver o que é que se faz, o que é que se fazia. É um valor que rondará os cinco mil euros. Estivemos lá, ontem de manhã, com os empresários e estivemos a falar sobre isso. vamos ver como é que conseguimos cortar isso. Dentro daquilo que tem sido feito ficará. Também penso que sabe que as nossas Juntas de Freguesia hoje estão apetrechadas com tratores e com destroçadores. Não faziam esse tipo de trabalhos, mas poderá ser uma coisa futura. Eu gostava que o processo de descentralização. que foi feito para as Juntas de Freguesia, tivesse uma revisão. Prometemos que, até ao final do ano, trataríamos disso e teremos o projeto, também na vossa mão, para vocês verem isso. Pode ser uma situação dessas, pode haver aqui algumas economias de escala, de proximidade, de visitação... vamos ver o que se consegue fazer sobre isso.

Se a saúde pode contar comigo? Claro que pode contar comigo. O que eu acho, nesta área da saúde - e acho que já lhe disse da última vez e agora vou reforçar - é que tem que haver um diploma regulamentar novo para as autarquias locais que reformule todo o processo de atribuição de verbas. Não é só a atualização da Lei das Finanças Locais que serve. Precisamos de um projeto novo e é isso que defendi, é isso que já me ouviram dizer e é isso que eu defendo. É por aí o meu caminho.

Relativamente à Associação Nacional de Municípios. Eu estou de acordo que nós temos uma dimensão que não nos podemos comparar com municípios que já tomaram outras decisões. Estamos mais ou menos confortáveis. Acho que a Associação tem que levar uma reforma grande. Os atores, como sabem, nestas Associações são quase sempre os mesmos ao longo dos anos. Eu estive na Associação Nacional das Freguesias e conheci o Presidente que era presidente no meu tempo, depois passou outro Presidente que era doutro partido, agora esse presidente passou para a Mesa da Assembleia como presidente e andamos nisto. Precisamos de gente nova, de sangue novo. Precisamos de gente nova que tenha contacto com as novas realidades. Na Associação Nacional de Municípios não acontece tanto isso, mas se calhar uma reforma das cabeças que lá estão era importante.

Finalizei Sr. Presidente. Muito obrigado."

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29:05")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Dava então início à segunda ronda das inscrições, alertando de que o CHEGA tem 3,41 minutos, o PS tem 10,13 minutos, o UPF 6,59 minutos e o PSD 2,08 minutos.»

Luís Leitão, PS: (01:30:35")

«Boa noite a todos. Boa noite ao público. Boa noite aos presentes e aos que nos assistem também, neste momento histórico, fisicamente fora destas instalações. Deixar uma nota ao público, nomeadamente ao Sr. Rui Bela que deixou aqui algumas recomendações, na sua qualidade de cidadão. Tem estado muito atento e defendendo, de forma muito consistente esta causa que tanto o afeta. Se, por um lado, a forma tão entusiástica com que defende estas ideias pode roçar, muitas vezes, o fundamentalismo

que lhe pode retirar algum crédito, não deixa de ser oportuno não desvalorizar esta causa. Tanto o Presidente da Câmara atual, como o passado, têm alguma tendência para desvalorizar este tipo de situações, talvez pela forma acutilante com que eram feitas estas reclamações. Desvalorizando a forma, estejamos também atentos ao facto que pode ser algo mais importante do que, aparentemente, a forma como aceitamos as críticas.

De forma também muito positiva, felicitar o PSD pelo poder feminino que vai assumindo os destinos deste Concelho. À Fátima Teles, na qualidade Presidente da Concelhia, à Margarida Alves, Presidente da Assembleia de Militantes, e, portanto, ponham-se a pau porque as mulheres não costumam brincar em serviço. Fica o aviso à navegação.

Por outro lado, dizer à Cláudia Reigota, do 'Unir Para Fazer', que, subscrevendo a sua intervenção na sua generalidade, dizer que tem um canal privilegiado para falar com o Sr. Presidente da Câmara e reivindicar algumas das suas propostas.

De forma mais consistente, deixar um reparo para a intervenção do Pinto Reis sobre a questão das limitações e do condicionalismo das transmissões em direto da Assembleia Municipal. No fundo, reforça a posição do 'Unir Para Fazer' do que foi a sua votação no âmbito da proposta do Partido Socialista e que aqui foi discutida por todos. A vossa posição é um bocado, 'somos desta opinião e do contrário'. Fica-vos mal, por um lado, dizer que não, mas, por outro lado, o nosso sim tem uma série de condições. Não pode haver aspetos negativos num momento como este. Este momento é o sinal dos tempos, é o sinal da modernidade, do acesso à tecnologia, é o benefício da tecnologia ao serviço das populações, das instituições e dos eleitores. Com esta medida aproximamo-nos todos, eleitos e eleitores. O custo das transmissões, da forma populista com que fez a intervenção - "esta transmissão tem um custo de 50% do custo das senhas de presença". Os presentes já sabem que recebemos uma módica quantia, não por cada vez que cá vimos, mas pela vez com que somos convocados e que esta reunião dura, mais o tempo que temos que despender para preparar estas reuniões e que temos para ler a documentação que nos manda. Portanto, para quem leva isto mais a sério, qualquer coisa como 0,75 cêntimos à hora não paga o trabalho que nós dedicamos para preparar uma reunião. Ou seja, a democracia não pode estar sujeita a determinados custos. A democracia não tem preço. A transmissão destas Assembleias, não sei qual é que foi o orçamento mas deve rondar os seis mil e qualquer coisa euros por ano. Tudo isto tem um valor incalculável para a comunidade. É só.»

Pedro Martins, PS: (01:34:45")

«Obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos. Eu não estava para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, ia deixar para a Atividade Municipal, concretamente na questão da descentralização - não irei falar dela agora.

De qualquer forma, eu venho ali, na verdade, e o Luís Leitão já o referiu, falar sobre o que foi referido pela Margarida. Isto vale o que vale, mas a verdade tem que ser reposta. Vale o que vale, mas a questão é esta: a proposta para a transmissão em direto das Assembleias Municipais, na altura da revisão do Regimento da Assembleia Municipal para este mandato, a proposta foi do PS. A proposta foi do PS e imediatamente secundada por todos, exceto pelo 'Unir'. Na verdade, houve alguma resistência do 'Unir' que, de pois, acabou por aderir, mas houve alguma resistência do 'Unir'.

Isto vale o que vale, mas tudo tem um princípio. Todos aderiram, mas realmente a proposta foi do PS. Curiosamente, o 'Unir' também ofereceu essa resistência na Câmara Municipal. mas também a Câmara Municipal acabará por transmitir, não sei quando, mas acabará por transmitir as suas reuniões.

Aproveito para deixar aqui uma saudação a todos aqueles que estão a assistir a esta transmissão. Acedi, há pouco, à plataforma, ao Facebook, e há mais de 70 telespetadores, digamos assim, ou 'visuários' que estão a assistir a esta Assembleia o

que não é nada mau, pelo contrário, houve já grandes figuras mediáticas noutros palcos que tiveram mais gente do lado do palco do que do lado da plateia. Penso que começámos bem e espero que no futuro haja mais pessoas do nosso Concelho - e não só - interessadas em assistir aos nossos trabalhos. Muito obrigado.»

Diana Gandarinho, PS: (01:37:03")

«Sr. presidente, estamos aqui para fazer mais e melhor. Mas, segundo o que disse, o que está a ser feito e será feito, será então um continuar das intervenções anteriores. Será o mesmo, por uma questão de orçamento. De qualquer forma, na perspetiva colaborativa, eu vou deixar o nosso contributo. Talvez possa abrir espaço e ideias para a vossa intervenção, ainda que com orçamento insuficiente para pessoas com deficiência.

Fazer mais e melhor precisa de 3 momentos anteriores: olhar as necessidades e especificidades, olhar o que já temos e o que foi feito, e olhar o que falta ou pode ser incrementado. E o que falta e pode ser feito é, provavelmente, muito. Reparemos que só em 2009 é que foram ratificados em Portugal os direitos para a pessoa com deficiência. Portanto, certamente que muito há para ser feito. O Diagnóstico Social 2020 da Câmara Municipal de Ílhavo já apontava alguns problemas de insuficiência de resposta. Mas também apontava boas acessibilidades. Aliás, nós temos, até, mais intervenção do que aquela que foi referida. Nós temos, por exemplo, a questão da página web do turismo acessível. Uma página de internet que foi criada para o turismo acessível. É só um exemplo. Mas realmente, antes de fazer este trabalho de olhar exige o seu tempo e não deve ser protelado. Ainda que seja só o trabalho de olhar.

Se consultarmos a Estratégia Nacional para Inclusão de Pessoas com deficiência 2021-2025, percebemos rapidamente que é preciso muito mais do que eliminar barreiras arquitetónicas e promover autonomia pela empregabilidade. O grande objetivo é a participação plena em todos os domínios da vida, trabalhando sobre os processos de discriminação, como ainda há pouco o André falou, e muito bem. E isso requer definitivamente atuações e políticas mais amplas, pois existem 8 eixos de intervenção nesta estratégia. E para não me alongar muito, temos de considerar que esta é uma população pautada por grande diversidade, não é só não ver, não ouvir ou ter uma fraca mobilidade. Um bom diagnóstico nesta área terá de ser capaz de entrar por este nível de especificidade.

Comparando ao que já temos, é possível, muito rapidamente, perceber ações que saltam imediatamente à vista. Por exemplo, a promoção da atividade física na escola e ao longo da vida, e do desporto adaptado. Temos clubes desportivos, como ainda há pouco foi referido, e temos programas, como o Programa Nacional de Desporto para Todos, que financiam clubes desportivos para este tipo de intervenção.

É fundamental começar a comunicar, sensibilizar e capacitar as diferentes entidades que podem envolver-se nesta estratégia e na captação de fundos para que, mesmo com pouco orçamento, consigamos fazer alguma coisa interessante. Obrigado.»

Sónia Gomes, PS: (01:40:15")

«Eu vou ser muito rápida. Sr. Presidente, quase que acertou, não é a primeira vez que estou aqui. É a segunda, mas é, de facto, a primeira que me dirijo a esta Assembleia e ao sr. Presidente. Fico muito contente porque, da primeira vez que o faço, os problemas da Barra, pelos vistos, vão ficar resolvidos porque pelo seu comprometimento fico descansada porque vamos ter a Câmara Municipal atenta e cuidadora do nosso lugar. Quanto à sugestão sobre guardarmos os resíduos em casa, agradeço. Sugiro, no entanto, que a Câmara Municipal promova campanhas de sensibilização a quem nos visita para que, sim, esses não deixem garrafas pelo chão, lixo no chão, papéis

espalhados, e sacos do lixo junto aos contentores, quando até podiam por dentro, caso fosse possível.

Quanto ao passeio, não me parece que seja necessário enviar email. Eu fui eleita para estar aqui a expor os problemas, já o fiz, e estou certa que o Sr. Presidente irá tomar as medidas devidas, irá falar com as autoridades competentes. Até poderá aproveitar a sua reunião com a Associação dos Amigos da Praia da Barra, fazer essa questão, informar-se e tomar as medias. Obrigada.»

Margarida Alves, PSD: (01:41:50")

«Qualquer dia dizem que nós estamos todos coligados. A nossa coligação são os munícipes de Ílhavo.

Caro Presidente da Câmara, quero agradecer o seu esclarecimento e a assertividade com que fez a afirmação, mas também não podia deixar de lhe dizer que os autarcas não estão sozinhos.

Ainda hoje, a Federação Nacional dos Médicos fez chegar à comunicação social uma preocupação, que é a nossa preocupação. É bom quando a representatividade dos médicos se faz representar pelos sindicatos, pela Federação ou pela Ordem dos mesmos e dos Enfermeiros, etc., etc. Permitam-me que eu leia: "a acontecer a descentralização nestes moldes, o médico acredita que vai causar assimetrias no país" - tem razão - "colocando em causa a equidade da prestação de cuidados de saúde aos cidadãos" - nós sabemos a disparidade que há entre Lisboa, Porto e o resto - "a municipalização da saúde parte de uma visão de espartilhamento do Serviço Nacional de Saúde, colocando em causa o acesso aos cuidados de saúde primários e impondo um difícil peso financeiro aos Municípios, com o objetivo final da privatização dos serviços de saúde. A FNA rejeita frontalmente este processo de desresponsabilização" - os autarcas não estão sozinhos - "da Administração Central e do Ministério da Saúde. Um risco real na perda de qualidade do serviço".

Esta preocupação, quem melhor que os médicos para dizer, para estarem ao nosso lado e nós estarmos ao lado deles, também. Muito obrigada."

André Guimarães, PSD: (01:43:48")

«Nos 20 segundos, com os dois de tolerância, que me restam, eu só queria dizer que, para a falta de recursos numa autarquia, a resposta é ir à procura desses recursos. No email que endereçarei, sob sugestão do Sr. Presidente da Câmara, com as minhas propostas, endereçarei também linhas de financiamento e organizações onde poderão ir buscar financiamento para cumprirem com muitas das propostas que aqui estão, e para que não se percam financiamentos no futuro para projetos estruturantes nesta Câmara. Obrigada."

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:44:20")

«Muito obrigado. Sr. Presidente da Câmara faça o favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:44:31")

"Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpa, estava a pensar aqui numa resposta para o Sr. André Guimarães, com esta experiência toda e com este conhecimento todo. Se calhar já podia ter encontrado parte disto feito, mas não encontrei. Vou ver o que é que consigo. Os recursos que eu falo não só são recursos ou pessoas. São outro tipo de recurso, mas depois eu explico-lhe mais tarde. Já lhe disse isso duas vezes, no outro

dia na reunião da Comissão de Juventude, também não percebeu muito bem o que eu disse, e depois explicou-lhe uma técnica superior a razão do porquê do SIADP e disso tudo. Mas a experiência vai crescendo e estamos cá todos para proceder relativamente. Quanto à Diana Gandarinho, fico contente com essa preparação. É ótimo ver essa preparação que a Sra. traz para estas Assembleias e as candidaturas nessa área. Nós, realmente, temos percebido que podíamos ir mais longe, mas ainda não temos condições. Vamos ver se o conseguimos fazer. De qualquer maneira, é ótimo que a sua participação continue desta forma, e que nos vai dando, aqui, flashes de alerta e nós vamos aproveitando isso e vamos construindo um melhor Município. Relativamente à Sónia, nada a dizer. Não tenho qualquer referência a fazer. Ao Sr. Luís Leitão e ao Sr. Pedro Martins, dizer que, com tantos anos desta Assembleia estas referências são sempre bem-vindas. Fico contente, vai-se fazendo história. Muito obrigado.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de abril e o dia 31 de maio de 2022.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:46:05)

«Muito obrigado. Eu passaria então ao Período da Ordem do Dia, ao ponto 1, “Apreciação da comunicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal no período compreendido entre o dia 1 de abril e o dia 31 de maio de 2022”. Começo por dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:46:39)

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não tenho muito a referir sobre o documento. O documento será alvo daquilo que será a apreciação dos nossos autarcas e depois poderei falar sobre um assunto ou outro.

Nota-se um envolvimento de todas as nossas chefias de divisão na preparação e um melhor documento estatístico e com as informações processuais que se desencadeiam na Câmara Municipal de Ílhavo, no período para apresentação desta atividade. Ressalvando uma coisa que nos preocupa que é a questão de algumas reclamações dos munícipes terem chegado em maior número do que aquilo que era normal, relativamente a assuntos relacionados com situações nas nossas praias e outros. E que são repetitivos, é quase um bocadinho do mesmo.

Dar nota positiva aquilo que tem sido feito para resolver estas situações que resultam da participação no nosso site e que também mostram um melhor desempenho de todas as comunicações por via da internet. Não só dos nossos munícipes para conosco, mas também da Câmara para com eles.

Deixar também uma nota importante relativa à questão financeira da Câmara. Será um ponto também a seguir por causa da introdução do valor de acréscimo ao orçamento apresentado e o porquê dessa situação. A minha Vereadora dará uma palavra também sobre esse assunto. Mas dar uma nota positiva ao desempenho do nosso orçamento, continuando a observar, sem o saldo de gerência, um valor superior da receita em

relação à despesa. E não olhando ao ano de 2021, que é sempre um ano de eleições, muitas das vezes as coisas não se comportam da mesma forma que se viu nos três anos anteriores, mostrar que estamos com rácios interessantes na despesa, com um valor próximo dos 27% naquilo que é a despesa efetiva da Câmara, neste período. Gostaria de estar mais longe, mas devido a todos os compromissos plurianuais que estão assumidos, os fundos disponíveis só me permitem andar por estas percentagens, não pondo em causa aquilo que é a regra que está estabelecida dos pagamentos abaixo dos 90 dias, com prazo de indicação na ordem dos 30 dias. Mas este será também um assunto para abril de 2023, mas parece-me que as coisas estão bem. Deixaria agora para os Srs. Autarcas qualquer comentário sobre a Atividade Municipal. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:49':29")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Abria então as inscrições para a primeira ronda de intervenções neste ponto. O primeiro Grupo Municipal a intervir é o PS, seguido do 'Unir Para Fazer', depois o PSD e, por fim, o CHEGA.»

Diana Gandarinho - PS: (01:50':27")

«Mais do que vemos o Sr. Presidente da Câmara focado em anunciar distinções de projetos do mandato anterior, queremos vê-lo focado na ambição de melhorar as políticas até aqui seguidas.

E já que este é um ambiente politizado, ao contrário do que o Sr. Presidente não quer que aconteça no Conselho Municipal da Juventude, trago ao debate o tema do Selo de Município Amigo da Juventude.

Portanto, estamos a falar de 9 critérios para 3 estrelas, dos quais nos faltam 4 para obtermos as respetivas três estrelas: Plano Municipal da Juventude; Ferramentas de cogestão; Políticas de apoio à iniciativa jovem; e Espaços para associações e projetos jovens.

Nenhum destes critérios parece ser um absurdo de concretização, pelo menos, do que parece, no nosso Município. Já sei que vai dizer que implica um maior investimento. Claro que sim. Mas é perfeitamente justificado se queremos investir na juventude e implementar políticas significativas. Portanto, eu quero questionar se ambicionam as 3 estrelas e se estão a trabalhar nessa direção. Obrigada.»

Pedro Martins - PS: (01:51':52")

«Muito obrigado Sr. Presidente. Como já tinha referido há instantes, o tema que trago aqui, na análise à Atividade Municipal, é a descentralização. Este sim é um tema relevante, que merece a nossa atenção e a nossa preocupação. Desde logo porque tem havido um certo descambar do debate e uma tomada de atitudes por alguns Autarcas - naturalmente que eu respeito a tomada de decisões de todos os Autarcas, e penso que o devemos fazer - curiosamente um Autarca que há poucas semanas esteve aqui, no nosso Município de Ílhavo, numa atividade - Convenção, se não estou em erro - do 'Unir Para Fazer'. Não vou, claro, tecer quaisquer considerações sobre as atividades partidárias. Cada partido ou movimento é livre de desenvolver as suas atividades. Sendo certo que nós podemos extrair algumas ilações daquilo que é feito, daquilo que é dito, daqueles que aparecem dos nossos companheiros dos nossos camaradas, daqueles que estão ao nosso lado.

Nessa Convenção do 'Unir' estiveram lá distintos autarcas, todos eles independentes - eu não sei que bicho, que vírus, é que os autarcas de todos os partidos, do espectro partidário que este país tem, que não mereçam um diálogo mais frutuoso com os

movimentos independentes. Bom... mas cada partido é livre de fazer aquilo que bem entende. Mas, se mo permitem, eu gostaria de suscitar esta questão: talvez fosse mais conveniente ouvir autarcas que exercem o seu exercício político público mais próximo de nós e que, provavelmente, sabem bem mais de descentralização, bem mais do que é gerir uma autarquia. Mais próximos de nós. Do que propriamente certos autarcas que são figuras mediáticas, altamente mediáticas, mas que provavelmente nunca pegaram num dossier muito menos estudaram um dossier e não sabem o que é a descentralização. Fica esta nota que é muito própria, muito pessoal.

Quero, de qualquer modo, referir que há um autarca que participou, que eu não conheço, e, claro, que as minhas palavras não se dirigiam a esse autarca.

Esta pequena introdução para dizer o quê? É. De facto, uma matéria importante e na Atividade Municipal, o Sr. Presidente da Câmara referenciou a presença em duas reuniões, uma no âmbito da saúde, com a Administração Regional da Saúde do Centro, a propósito da transferência de competências, e outra na Comissão de Acompanhamento das Transferências no domínio da Ação Social. Há a referência a essas reuniões, e muito bem - acho que o deve referir, se assim o entender, a sua presença e a dos Srs. Vereadores nos vários fóruns dos vários organismos - mas também seria interessante que na Atividade Municipal fosse espelhada, digamos, aquele que é o pensamento do Executivo acerca da descentralização e acerca destas matérias. O Sr. Presidente terá o seu timing, tem os seus tempos próprios e poderá sempre fazê-lo noutra altura. Mas tendo participado nessas reuniões, tendo tido tão ilustres autarcas ao seu lado, seria interessante nós sabermos o que é que defende, se defende uma coisa que, naturalmente, se irá impor a todos as Autarquias por força da lei, ou se perspetiva outro tipo de intervenções mais categóricas, mais afirmativas, e que representem um ataque ao Governo do país.

Aqui, nesta Assembleia, assistimos frequentemente, mais na ala do PSD, a uma perseguição ao Governo. É natural, sabemos que assim é, faz parte do jogo político, como se, de qualquer forma, o Governo fosse um bando de maus feitores. São tecidas afirmações com "os autarcas não estão sozinhos", "nós estamos do vosso lado", "os sindicatos estão do vosso lado", "os professores estão do vosso lado", "os médicos estão do vosso lado"... quer dizer, a questão é que nós estamos todos do mesmo lado, emanados num propósito de desenvolvimento do país, mas com as diferenças que temos todos. Mas só emanados desse propósito do bem comum é que chegamos a algum lado.

Nesta questão da descentralização a verdade é que é sempre referido o aspeto financeiro. É o único aspeto que, normalmente, é referido. É evidente que há que ter muita preocupação e muita atenção a esse aspeto. É evidente que as autarquias não podem hipotecar a sua saúde financeira a troco de competências que, por vezes, representam pesados encargos. De qualquer forma, eu faria notar que, por exemplo, que a descentralização no setor da Educação já foi feita no Município. E o setor da Educação é dos setores que tem mais encargos. É dos setores com mais encargos na matéria da descentralização. E essa descentralização já foi feita, aqui, no Município. Curiosamente eu nunca ouvi o anterior Presidente da Câmara a referir uma queixa relativamente a dificuldades, a questões financeiras, etc. E também ainda não ouvi o Sr. Presidente João Campolargo tecer um comentário menos agradável ou apresentar, efetivamente, uma queixa relativamente à matéria da Educação. Portanto, se o envelope financeiro não foi suficiente, se os encargos são de tal monta que se torna custoso para a autarquia suportá-los, bem, então há aqui qualquer coisa, no domínio da palavra, no domínio da intervenção, que está a faltar. Porque se assim é, há que protestar, reclamar e tornada pública essa insatisfação.

Também gostava de sublinhar que o Governo do PS tem estado atento a esta realidade. Tanto assim que, no debate da discussão do Orçamento do Estado para 2022, procurou

introduzir algumas melhorias na proposta, no sentido de ir ao encontro daquelas que são as preocupações manifestadas pelos nossos autarcas. E gostava de fazer um parenteses pelo seguinte. Quando se fala tanto em união, o 'Unir Para Fazer' até é um bom slogan, não há dúvida nenhuma - não sei quem foi o autor, mas foi um slogan bem escolhido - aqui também se impunha, e impõe-se, ao nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses que haja união, porque nós sabemos que a união de esforços dos autarcas é imprescindível a uma boa discussão, a uma boa discussão com o Governo, com os diversos ministros setoriais. Isso é vital. Agora, quando eu oiço aqui dizer pelo Sr. Presidente da Câmara - naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara tem todo o direito, como é lógico, das lideranças destas Associações - quando acabou de dizer, ainda há instantes que, provavelmente, se impõe - e não quero, digamos, fugir daquilo que acabou de dizer - a reforma das cabeças na Associação Nacional dos Municípios Portugueses - se bem percebi as suas palavras há alguns minutos - será que esta Associação estará inquinada, ou seja, não houve suficiente revigoração dos órgãos dirigentes? Não sei... mas a Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Luísa Salgueiro, eu acho que é um excelente exemplo de uma autarca recentemente eleita e que está a fazer um bom trabalho, e não acredito que seja um vetor de transmissão das vontades do Governo. Creio que ninguém lhe perdoaria uma atuação dessa forma. Nem relativamente a ela, nem relativamente a outros dirigentes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, como é o caso do nosso vizinho, engenheiro Ribau Esteves, quer se goste, quer não, é há uma série de anos Vice-presidente da Associação Nacional de Municípios... olhe, lá está, um autarca que estuda os dossiers, que lê os dossiers e que faz o trabalho de casa, por exemplo. Recentrando, penso que o Governo do PS tem procurado ir ao encontro dos Autarcas e da insatisfação que tem sido manifestada pelas autarquias e, no que diz respeito à descentralização, reforçou as verbas para o setor da educação, saúde, da ação social e da cultura. Para a educação temos uma verba, no Fundo de Financiamento da Descentralização, no valor de 70 milhões de euros, temos para a Ação Social 42 milhões de euros, na Cultura 890 mil euros. Sendo certo, também convém sublinhar este aspeto, que o valor definido e atribuído às autarquias, por escola, é um valor que se destina à manutenção as escolas e não à requalificação do parque escolar. Em suma, houve uma tentativa de procurar ir ao encontro das necessidades das autarquias nesta matéria da descentralização. É este esforço, que não digo que tenha que ser aplaudido - não tem de ser aplaudido, tem que ser mais reivindicado até - mas usando a interlocução própria da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, trabalhando todos em conjunto, em diálogo, para um objetivo programático da Constituição que nunca foi cumprido e que, finalmente, está a ser cumprido por este Governo. Obrigado.»

Rui Rufino - UPF: (02:03:08")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Membros da Assembleia. Estimado público e uma palavra especial para quem está a assistir, pela primeira vez, a esta Assembleia através da internet.

Quero saudá-los. Que não haja qualquer dúvida que nós estamos muito satisfeitos por esta Assembleia poder ser transmitida por todos. Que sejamos capazes de centrar o debate num conjunto de ideias naquilo que são os interesses de Ílhavo, de forma a cativar o interesse e a atenção do público. Isto é que é importante, que haj uma correspondência em relação ao número de pessoas que vão assistir e da nossa parte estarmos à altura para que haja muito gente a assistir e interessada. Que saibamos estar à altura.

Bom... vou falar, então, da Atividade Municipal e do último relatório que diz respeito aos meses de abril e maio.

Nestes últimos meses, continuamos a assistir a um grande dinamismo da Câmara Municipal de Ílhavo, promovendo e assegurando um sem número de iniciativas e atividades, desde aquelas que se destinam a um vasto público e que têm mais visibilidade, como muitas outras, não menos importantes, que contribuem para o bem-estar dos munícipes no seu dia-a-dia.

Destas últimas, destaco a contínua preocupação em garantir a manutenção dos espaços públicos e dos edifícios municipais, nomeadamente a reparação de passeios, melhoramento de zonas verdes e o reforço da sinalética. Isto pode ser uma coisa básica, mas tem de ser feito, para que se viva bem no nosso Concelho, pelo que nunca pode deixar de ser uma prioridade. Para nós, estas pequenas ações são muito importantes pois aumentam a qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido também se procedeu à remoção das areias dos passadiços da Praia da Barra. Neste processo é interessante destacar uma nova forma de atuar das pessoas que agora estão à frente da Câmara Municipal de Ílhavo. A limpeza dos passadiços foi iniciada da mesma forma que foi executada nos últimos anos - foi gerida pelos mesmos técnicos - portanto, a prática foi a mesma. Mas houve aqui uma coisa que foi muito diferente, este ano. É que este ano, ouvimos as pessoas e, quando soubemos que havia associações ambientalistas a protestar, parámos de imediato. Nos outros anos, houve a mesma contestação, só que ninguém ligava, foram sempre desprezados. Este ano, foram tidos em conta, tendo os trabalhos sido interrompidos até se dialogar e reunir com todos os envolvidos de forma a se procurar a melhor resposta. Lamenta-se apenas que estas associações ambientalistas tenham falado para a Comunicação Social e não tenham procurado interpelar diretamente a Câmara Municipal. É que agora podem e devem dirigir-se diretamente a quem governa a Câmara, pois o diálogo construtivo e a abertura a consensos não são palavras vãs para o "Unir para Fazer"; nunca desvalorizamos as opiniões dos outros, procuramos sempre tomar a decisão mais racional em cada momento. A decisão mais racional é a mais esclarecida, e a decisão mais esclarecida é aquela que conhece todos os pontos de vista para depois decidir.

Aguardou-se então pela posição da Agência Portuguesa do Ambiente, que apoiou aquilo que estava a ser feito: a desobstrução dos passadiços, de forma a que a circulação das pessoas se faça pelos mesmos e não se prejudiquem as dunas. Entretanto, está também a proceder-se à limpeza dos passadiços na Costa Nova, bem como à substituição dos passadiços existentes na frente dos bares e dos apoios da praia na Costa Nova, que, desde há algum tempo, se apresentavam perigosos para quem neles circulava. E faço então uma questão que é: estando esta situação resolvida para este verão, se há alguma ação de fundo programada de forma a minorar este problema no futuro? E, caso seja necessário, fazer subir os passadiços ou alterar o seu percurso, se a Câmara terá capacidade financeira para suportar os custos de uma nova estrutura?

Não quero também deixar de destacar a importância de continuar a ouvir os munícipes sobre as suas preocupações, levando a sério tudo aquilo que dizem e sentem, procurando dar sempre uma resposta que resolva ou diminua o desconforto ou o problema que gerou a necessidade de comunicar com a Autarquia. Nestes últimos meses - abril e maio - entre os Alertas, Pedidos de Intervenção e Reclamações, houve 145 interações com a Câmara Municipal. Mas o que importa aqui destacar é que estas comunicações são levadas a sério e, mais de metade (77), foram resolvidas num prazo médio de seis dias; as outras estão a ser analisadas de forma a se desenvolver todos os processos necessários para a sua resolução. Ouvir as pessoas e tentar resolver os seus problemas, diminuir as suas inquietações será sempre uma prioridade para o "Unir para Fazer".

Por último, quero destacar o trabalho que está a ser feito pelo Laboratório do Envelhecimento, o qual, no final de maio, foi reconhecido com a conquista de um prémio internacional.

E agora permitam-me, aqui, um aparte só para comentar aquilo que foi dito pela Diana Gandarinho, do Partido Socialista. Fico feliz por saber que o Partido Socialista reconhece a importância destes prémios. Em relação ao selo do Município Amigo da Juventude, já não está satisfeita com uma estrela e quer, já, as 3 estrelas. Ora, a nossa ambição também é assim muito grande e claro que vamos trabalhar para as 3 estrelas. Vamos voltar para a questão do Laboratório do Envelhecimento.

Este foi um prémio relativo à Educação Informal de Adultos e que, portanto, incidiu sobre a programação e o tipo de trabalho que, efetivamente, se está a realizar neste laboratório (por exemplo, tal como se pode ler no Relatório da Atividade Municipal, “o convívio intergeracional, a familiarização com as novas tecnologias, a criação artística, as atividades de estimulação cognitiva, a formação de cuidadores, as conversas com investigadores”).

Não quero aqui entrar em polémicas sobre a paternidade do Laboratório do Envelhecimento, até porque nós nunca tivemos qualquer problema em assumir aquilo que estava bem feito dos mandatos anteriores e dar-lhe continuidade, sem complexos. Esta é a mudança tranquila que preconizamos, aproveitar, dar continuidade ao que é positivo e aperfeiçoar. Sempre pela positiva, no sentido construtivo.

E foi isto que sucedeu aqui. Inaugurámos o Laboratório do Envelhecimento e a forma como ele está a ser trabalhado, a programação efetiva que nele decorre foi pensada e executada neste mandato, tendo o cunho e o mérito, sobretudo, da vereadora Mariana Ramos, a quem endereço, desde já, os parabéns.

E, já agora, gostaria de perguntar se podemos saber alguma coisa do feedback do júri sobre os fundamentos da atribuição deste prémio. O que valorizou mais desta programação, que comentários fizeram, se podemos saber mais alguma coisa sobre isto.

Para terminar, importa, então, salientar que trabalhar a pensar nos munícipes de todas as faixas etárias, tem sido e irá continuar a ser o nosso lema, a razão da nossa governação. Pretendemos que o Município de Ílhavo seja um bom lugar para viver, não só para trabalhar, mas também para que, aqui, por entre múltiplas atividades culturais, as pessoas possam divertir-se e conviver. Por isso se começa a sentir uma nova revitalização das atividades e do movimento nas cidades e nas freguesias do nosso Concelho, o qual se pretende coeso e centrado no propósito de construir uma Terra Maior, um Ílhavo Maior.»

Margarida Alves - PSD: (02:11:20")

«Bem... voltamos então ao tema da descentralização. O tema da descentralização, Pedro Martins, não é do Governo. É da Assembleia da República, num acordo que existe entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata para que, em conjunto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, haja um entendimento para a implementação de forma a evitar as desigualdades.

Relativamente, ao protagonista que fala, que é o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto - ainda há bocado o disse - isto não pode ser só Lisboa e Porto. Ele afastou-se da Associação Nacional de Municípios, numa ação que eu reprovo veemente porque a Associação Nacional de Municípios não é só o Porto ou Lisboa. Tão claro como isso. São mais de 300 municípios e temos que olhar para esses mais de 300 municípios. O que temos que perceber é que as dotações não podem ser iguais para Ílhavo, porque as necessidades são diferentes. Basta ver o que o Secretário de Estado do Partido Socialista prometeu em 2017, antes da campanha eleitoral para as autárquicas, que ira

reformular e fazer obras na Unidade de Saúde Familiar na Gafanha da Nazaré que serve mais de 15 mil pessoas, e até hoje, passados 5 anos... zero.

A ministra da Saúde, hoje, falou que há um problema estrutural - ela assume - e se o problema é estrutural o Governo é que o tem que resolver, não são os municípios. Coisa que não existia na educação porque o problema estrutural da educação já estava resolvido. As escolas foram entregues aos municípios com o parque escolar completo. Não foi suficiente, basta olhar aqui para a Escola Secundária de Ílhavo. Não foi suficiente, mas já foi alguma coisa. Portanto, a fatura foi completamente diferente.

Na altura, a bancada do Partido Social Democrata referiu que a descentralização não pode ser um processo demagógico, de inação, de desresponsabilização do Governo. O Fundo de Financiamento foi rejeitado no orçamento de 2019 pelas bancadas do Partido Social Democrata, porque não havia a dotação para os municípios; não se sabia.

Também posso recordar o Pedro Martins que foi dito, nesta Assembleia Municipal, que no que toca ao processo de funcionários, trabalhadores, da Câmara Municipal, só o processo de descentralização na saúde, os funcionários da Câmara Municipal, em 2019, 2018, seriam 340, números por aí, os trabalhadores da Câmara Municipal. Iriam aumentar à volta de mais 170. Só na área da saúde. É isto que nós temos que ter cautela e verificar se a dotação que vai ser entregue aos municípios é suficiente para fazer face a isto. E digo dotação porque tem que ser por dotação. Não é por verba. Ai 1,7 mil milhões para a saúde, ok... mas qual é a dotação para cada município? Mas o Porto tem mais necessidades do que nós, tem não sei quantos hospitais centrais. Nós temos o Hospital de Aveiro com as necessidades, temos as nossas Unidades de Saúde Familiares com necessidades nas nossas quatro freguesias. É isto eu nós temos que perceber.

Que eu saiba, até ver, o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo não saiu da Associação nacional de Municípios Portugueses. Se sair, cá estarei para criticar.

Relativamente à Atividade aqui presente, congratular-me por mais uma edição da Maratona Europa que uniu dois Concelhos, Aveiro e Ílhavo. Mas, de facto, nós, quando falamos do Concelho de Ílhavo acho que ainda não houve divisão dos lugares da Gafanha da Nazaré. Porque se dizemos Gafanha da Nazaré e Praia da Barra, então temos que dizer que inicia na Cale da Vila da Gafanha da Nazaré e termina na Gafanha da Nazaré, lugar da Praia da Barra. Temos que ter algum cuidado porque não há este divisionismo. As pessoas da Praia da Barra são moradores da Gafanha da Nazaré. Mania de dividirem. Ainda não percebi. Se vamos dividir, então vamos pôr os lugares. Cale da Vila, Marinha Velha, Praia da Barra... a Costa Nova é lugar da Gafanha da Encarnação. Vamos ser rigorosos nesta informação. Esta edição da Maratona Europa passou em Aveiro e no Concelho de Ílhavo, Gafanha da Nazaré e Praia da Barra não fica bem numa comunicação que está aberta e publicada no site da Câmara Municipal de Ílhavo. Obrigada".

André Guimarães - PSD: (02:16:40")

«É com muito agrado que oiço a bancada do 'Unir Para Fazer' dizer que está aqui. Peço que confirme, porque não consigo agora recitar, mas está gravado. Mas eu vou repetir da forma como interpretei que é "estamos cá de uma forma construtiva para não destruir o passado e aproveitar o que há de bom e aproveitar o que está bem feito", foi isso que eu retive de uma parte da intervenção.

Então eu gostava de falar sobre alguma comunicação que me foi chegada no Conselho Municipal da Juventude que foi dizer que aquilo que era o Marolas vai passar a chamar-se Mariato. É interessante porque nós estamos a falar de um evento que estava com uma tendência crescente no nosso Município. Antes que me deem roda de irresponsável, incosequente e que eu não sei o que é a inexistência de recursos, a marca Marolas está registada, por este Município, no INPI - Instituto Nacional de

Propriedade Industrial e, portanto, há um custo em manter esta marca e que pode ser usada em atividades novas. Mas atividades novas que eu não ouvi. Eu ouvi que aquilo que vai ser feito vai ser o mesmo que nós tivemos até agora. E que estão à espera de propostas da nossa parte para atividades que se possam fazer no Mariato que, pelo que eu percebi, vai ser o Marolas com outro nome.

Deixo só esta nota porque, realmente, se vamos construir com base no que foi feito bem, fico contente por conseguirem perceber que o conteúdo do Marolas, um programa de envolvimento da juventude ao nível cultural, desportivo, associativo, voluntário tem vindo a crescer, tem trazido cada vez mais pessoas ao Município, inclusivamente pessoas de fora do Município... continua a ser um bom programa, só o nome é que não está bom e vamos mudar para Mariato. Ok... muito bem. Obrigado.»

António Flor Agostinho - PSD: (02:19:14")

«Boa noite. Gostaria de cumprimentar todos os munícipes e todos os companheiros autarcas aqui presentes. Cumprimentar a Assembleia Municipal, a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Gostaria também de saudar todos aqueles que, a partir de hoje, terão o privilégio de nos acompanhar durante as reuniões da Assembleia Municipal de Ílhavo, através dos meios agora disponibilizados, nomeadamente com a transmissão dos trabalhos via streaming.

Para quem não está muito relacionado com as Ordens de Trabalho desta Assembleia, convém salientar que o ponto que está em discussão, que é o ponto 1, prevê uma análise da Atividade Municipal, organizada pelos membros do Executivo responsável pela gestão do Município durante os últimos dois meses. Ou seja, estamos a falar da atividade realizada nos meses de abril e maio. Assim, a nossa intervenção versará sobre a análise de um documento que nos foi previamente facultado pelo Executivo e, simultaneamente, a avaliação crítica, como é óbvio, que fomos fazendo ao longo desse período das atividades realizadas em concreto através da nossa vivência em alguns desses eventos.

Em nome e pelo respeito de todos aqueles que votaram favoravelmente no PSD e, neste caso, na Assembleia Municipal em maioria, deveremos dizer que dessa vivência não podemos deixar de referenciar o facto do Município de Ílhavo ter sido recentemente premiado em três projetos que a história e nossa memória coletiva obrigam a esclarecer e a repor a verdade.

Primeiro, o Laboratório do Envelhecimento foi premiado, na Bélgica, com o primeiro prémio Grundtving o qual distingue práticas inovadoras e transformadoras na educação de adultos. Este projeto, como todos sabem e todos os ilhavenses se recordam da sua inauguração, reconhecem como uma obra conseguida, projetada, candidatada, construída e com alguma planificação prévia da sua atividade - porque foi preciso planificar algo para fundamentar o seu financiamento - pelos atores do anterior Executivo.

Segundo, o Centro de Religiosidade Marítima, que também foi premiado pela Associação Portuguesa de Museologia, na categoria de incorporação, também foi uma obra conseguida, projetada, candidatada, construída, implementada, inaugurada pelo anterior Executivo.

Terceiro, a menção honrosa, na categoria de investigação, atribuída ao livro de Pedro Silva, intitulado "Chora e Feijão Assado", que também foi produzido no mandato anterior. Eu lembro-me de o ter comprado ainda no mandato anterior.

Quarto, esta semana ou a semana passada, o Município recebeu mais um selo de Município Amigo da Juventude, o qual reconhece as boas práticas adotadas hoje e no passado, muitas delas foram planificadas, programadas, foram projetadas no passado pelo anterior Executivo.

Estes são quatro dos vários exemplos de reconhecimento público que a população do Município de Ílhavo reconhece como sendo do Executivo anterior, que foram premiando o nosso Concelho sem que o atual Executivo lhe dê, com alguma humildade democrática e com alguma ética, o reconhecimento da grande quota parte dos prémios ter sido feita pelo Executivo anterior.

É preciso ter capacidade para reconhecer o valor dos outros que também contribuíram para o engrandecimento do Concelho, sob pena de, não o fazendo, dentro de pouco tempo ficarem isolados e reféns das suas incapacidades para criarem e inovarem a bem do Concelho por não poderem contar com o contributo de outros que se sentirão marginalizados.

Aproveito para fazer um parenteses, para responder a alguns desafios que aqui já foram feitos.

Já aqui foi proposto que temos que discutir a cultura no Conselho de Ílhavo. É bom que a gente discuta a situação da cultura no Concelho de Ílhavo, e o que é que se está a passar com as organizações e associações culturais do nosso Concelho.

Também foi feito aqui o repto para discutirmos a descentralização, coisa que também estaremos dispostos a vir aqui discutir.

Relembrar também a população que, recentemente, foi inaugurada a receção do navio-Museu Santo André, o que possibilitou a abertura ao público do referido navio-museu e possibilitou, a todos, a sua visitaçã a um espaço que já estava concluído antes de ter entrado em funções este novo Executivo. Decidiu o anterior Executivo, e bem, não só por uma questão de referenciação e datação da obra perante os financiadores, mas também para honrar a história, colocar uma placa para assinalar o dito momento da realização da obra. No entanto, quero perguntar do porquê da retirada da referida placa, por parte do atual Executivo, quando ela simboliza, mais do que tudo, a obrigatoriedade de referenciar uma data de finalização da obra perante os financiadores, perante munícipes e perante historiadores que, futuramente, queiram estudar o assunto. A pergunta é: porquê não recolocar a placa?

Sobre o documento propriamente dito, devemos registar o seguinte. A referência aos prémios mencionados sem que haja uma palavra de reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido pelo Executivo anterior para que fossem alcançados.

Dar nota do apoio concedido ao Município, no valor de 200 mil euros, atribuído no âmbito do Apoio à Programação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses que constitui uma consolidação e programação que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos 7 anos.

Sobre as várias ações em que participou o Sr. Presidente durante estes dois meses que, por vezes, são repetidas - se quiserem eu posso dizer, pelo menos três delas - nós gostaríamos que o Sr. Presidente tivesse mais algum cuidado na análise e elaboração destes documentos. Na primeira linha "participação nas comemorações do Dia da Unidade do Regimento Infantaria 10"; mais abaixo "comemoração do 10.º aniversário do Regimento Infantaria 10". Comemorações do 129.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo e, depois, outra vez, participação no 129.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo. Participação em reunião dos Presidentes de Junta... realização da sessão de assinatura dos Protocolos com as Juntas de Freguesia. É demasiado repetitivo e acho que deveria haver algum cuidado na elaboração deste texto.

Sobre as várias ações em que participou o Sr. Presidente, por vezes repetidas, continuamos sem saber para que servem e porque é que participou nelas, pois não esclarece o que lá se passou e o que de relevante resulta para o Município. O Pedro Martins já fez esta referência e eu subscrevo o que ele diz porque era bom que o Sr. Presidente nos contasse, que nos dissesse, o que é que se passa nalgumas destas reuniões. Está no seu direito de não o dizer, de não o fazer, ficar com a informação. Mas

era bom, para esclarecer todos os Municipais, um textozinho sobre o que é que dali se concluiu, para que nós possamos saber qual é o futuro para o nosso Concelho.

Sobre as informações da Atividade desenvolvida, que o Sr. Presidente já referiu serem da responsabilidade dos Chefes de Divisão, começamos a ficar um pouco cansados e aborrecidos de ter que ler sempre os mesmos textos porque alguns são página totalmente idêntico ao relatório anterior: página 9, 14, 15, 16. Não alterou uma única palavra.

Sr. Presidente. Agradecemos o fornecimento da documentação, mas mais importante que os textos talvez sejam as sínteses, os quadros que estes textos apresentam. Quadros esses que nos permitem concluir, por exemplo, quem em abril tivemos 77 reclamações e em junho tivemos 120. Ficamos igualmente a saber que em abril tivemos 117 alertas, pedidos de intervenção e reclamações, sendo que 76 foram resolvidos, mas ficaram um saldo de 41 por resolver. Em junho temos 145 alertas, pedidos de intervenção e reclamações, e 77 resolvidos... restam 68. Saldo acumulado: 109. Há 109 casos que estarão por resolver nos últimos quatro anos, deduzimos nós. Ou então a informação está mal feita.

Relativamente aos processos jurídicos e contencioso, temos a registar um acréscimo de mais quatro processos, pois de 16 passou para 20. Esta referência é só para dizer o seguinte, já o tínhamos dito no passado. Isto na Administração Pública não é estático, isto está sempre em mutação. E ainda bem, pois isso é sinal que a população procura defender os seus direitos que ainda pode usufruir. É importante que a população reclame e apresente, enfim, a defesa dos seus próprios interesses.

Sobre a situação financeira da Autarquia, dar nota do aumento da receita, nestes 5 meses, designadamente um acréscimo da receita de IMI de 175 mil euros, do IMT 750 mil, taxas, multas e outras penalidades de 165 mil euros. Total: um milhão e noventa mil. Este é um acréscimo com o qual o Executivo não estava a contar. No entanto, ao nível das receitas arrecadadas, nas verbas comunitárias temos, na presente data, uma receita insignificante: 310 mil euros. Quando, comparado, no ano passado foram 2 milhões e 400 mil euros. Isto quererá dizer o quê? Certamente indicará alguma dificuldade na gestão dos projetos que são comparticipados por fundos comunitários. Não sabemos se está ao nível da pouca execução das obras, das dificuldades que os empreiteiros têm, da dificuldade de terem mão-de-obra para executar as obras, dificuldade na recuperação das verbas... há que haver uma explicação porquê uma redução tão significativa.

Em termos comparativos, temos um aumento da receita corrente e uma diminuição da recita de capital, o que, em termos de gestão, não nos parece muito aconselhável.

Ao nível da despesa temos previsivelmente algumas dificuldades na boa gestão das despesas, pois o acréscimo com a eletricidade, tratamento de resíduos urbanos, pessoal e inflação irão, necessariamente, criar grandes constrangimentos financeiros ao Executivo que certamente saberá gerir, com os acréscimos de receita que tem vindo a usufruir, estes relativos problemas.

Salientar também que a informação que nos é fornecida diz em determinado ponto: "no final do presente ano apenas ficará por amortizar um único empréstimo., sendo que os restantes serão todos liquidados durante o presente exercício". Isto é uma boa notícia. A notícia de que o mandato anterior andou bem, o mandato atual está a andar bem, e vamos ter uma situação financeira muito melhor do que aquela que tínhamos no início do mandato. Eis um bom exemplo da gestão do anterior Executivo e que este soube, e bem, acompanhar para que possamos ter um futuro com maior tranquilidade.

De realçar, ao nível da despesa uma realidade pouco abonatória para o desenvolvimento do Concelho. A despesa corrente está em permanente aumento, já a despesa de capital - ou seja, o investimento - está a diminuir.

No que concerne à dívida do Município, de realçar que as medidas tomadas ao longo dos últimos anos e no presente, farão com que, em dezembro, se situe em cerca de 2, 2 milhões de euros. O que é um valor quase irrisório para uma gestão de uma câmara, capacitando, assim, o Executivo para o cumprimento das suas promessas eleitorais. Enaltecer que, no referido texto, mais uma vez vou citar: "continua-se a verificar um decréscimo da dívida total, filosofia que vamos continuar a regular". Isto é sintomático do compromisso assumido que, durante o mandato, não haverá qualquer aumento de qualquer dívida.

Relativamente ao texto apresentado pelo Sr. Vereador João Semedo, devo fazer os seguintes comentários. Agradecer, desde já, a resolução rápida e expedita da limpeza dos passadiços, pese embora aquilo que nós ouvimos na comunicação social de alguns episódios pouco abonatórios com as referidas associações, que nós sabemos estarem sempre prontas a reclamar, mas que o Sr. Vereador, com a sua humildade democrática, com a sua capacidade e o seu bom-senso conseguiu, com alguma rapidez, com uma negociação pontual. O problema está sanado como nós prevíamos e que tínhamos pedido numa Assembleia anterior.

Também ao nível da gestão dos protocolos com as Juntas de Freguesia, agradecer a intervenção do Sr. Vereador. Assinaram o protocolo, participaram com os 50% e penso que as relações melhoraram. Voltaram as visitas às Juntas de Freguesia e penso que as obras vão ser acompanhadas com mais afinco, por parte do Sr. Vereador, e que tudo isto está resolvido. Ainda bem que alertámos na última reunião.

Já agora, desculpe que lhe diga, tenho que discordar da última medida quanto às esplanadas junto ao Farol da Barra, caso único no Concelho. Felizmente ou infelizmente, sou um acérrimo cliente daqueles cafés, especialmente de um, ao sábado de manhã, tomar a minha biquinha, ler o jornal, estar por lá com as netas pelos baloiços. Como cliente de um daqueles estabelecimentos, tenho que discordar do Sr. Vereador porque, tanto quanto eu percebi do texto, isto não é uma iniciativa do Sr. Vereador. Isto é uma iniciativa dos técnicos. É uma iniciativa proposta pelos técnicos superiores que exercem funções na Câmara. Eu penso que isto não é uma forma de atuar como Autarca. Um Autarca tem que ter o poder de decidir desde que não deixe de respeitar a lei geral do país. Um Autarca existe para decidir perante factos, sim ou não, apoia ou não apoia. Um Vereador tem a obrigação de saber balancear os interesses dos seus municípios com as regras e os regulamentos existentes no Município. Não pode estar agarrado só aos pareceres dos seus técnicos. A maior parte deles não contrariam a lei, mas o que nós temos aqui em causa são regulamentos internos que podem ter várias interpretações. Um autarca nem sempre tem que estar de acordo e submeter-se aos pareceres dos seus técnicos. Se assim for, deixa de ser um autarca eleito pelos seus conterrâneos para ser mais um técnico superior ao exercício da Câmara. Isto transformaria a Câmara num qualquer departamento do Governo e estaríamos aqui apenas para cumprir ordens, para cumprir regras, cumprir normas e regulamentos, deixando de ter o tal poder discricionário que qualquer autarca deve e tem obrigação de exercer. Foi pela coragem demonstrada por muitos autarcas, ao longo dos últimos anos, que souberam criar e inovar, que o Poder das Autarquias tem hoje a independência, a força e o valor face ao Poder Central, que outros organismos - falemos dos hospitais, falemos das universidades - não têm porque estão, sistematicamente dependentes do Governo. O poder autárquico, o poder das câmaras, foi construído ao longo dos anos e foi este o poder de contrariar muito daquilo que o Governo lhes impunha - estivemos há pouco a falar da descentralização e estamos a ver que as autarquias conseguem impor-se ao Governo.

Dar nota que as obras herdadas do anterior Executivo estão em franca execução, e que algumas também já terminaram. Sr. Vereador, espero que esta questão das esplanadas não se espalhe por todo o Concelho. Eu andei a tentar ver se havia mais situações

destas e não encontrei situações idênticas. Temos aqui o Carlos Paião, mas a esplanada está junto ao café e depois tem um prolongamento ou um complemento do lado de lá.

O Sr. Vereador, na Costa Nova não vai fazer isto às esplanadas das duas pastelarias que lá estão. Não vai afastar aquelas duas pastelarias para dois metros à frente ou então andar com elas para sul. Então aí é que eu não acredito mesmo, andar com elas para sul um bocadinho é que eu não acredito. Tanto uma, como a outra.

Tanto quanto eu passei lá ontem, as esplanadas já estão a ser montadas. Disseram-me que em janeiro foram autorizados a instalar as esplanadas como estão, e agora em junho tiveram que recuar e voltar para uma outra situação. Não me pareceu isto muito correto, sinceramente. Deveria ter havido aqui mais bom senso, mais negociação, mais ponderação, mais diálogo com as pessoas que lá estão porque isto pode, de alguma maneira criara atritos. Veja-se aquela casa particular que agora está a ver passar as pizzas pelo nariz, ou está a cheirar as pizzas, e tem que fechar as janelas e as portas, como eu já assisti.

Relativamente às obras, registar mais duas novas obras em fase de início, com algum investimento, a remoção do fibrocimento da Escola Básica da Gafanha da Nazaré e a reparação da cobertura da Fábrica das ideias, a previsão das pavimentações em Vale de Ílhavo e a continuação da requalificação da Rua das Cancelas. E registar, com muito agrado a candidatura, ou as quatro candidaturas, no valor de um milhão de euros no âmbito do programa Acessibilidades 360, todas elas ao nível dos passeios aproveitando algumas dessas candidaturas para ir recuperar dinheiros já investidos. Bem como as outras duas candidaturas, um ascensor para o Salão Cultural da Gafanha da Encarnação no valor de 13 mil euros e umas portas automáticas para a Casa da Cultura de Ílhavo no valor de 3.600 euros. Significa que já temos candidaturas para além das obras que foram herdadas do passado.

Registar e talvez perguntar o porquê de uma redução significativa da emissão de alvarás de construção. Em abril tivemos 112, em julho tivemos 16. Porquê esta redução tão significativa de alvarás? Gostava de saber se aconteceu alguma coisa no Concelho.

Relativamente às propostas da Sra. Vereadora, eu devo dizer e registar, com algum sentimento, a minha incapacidade em avaliar as atividades desenvolvidas. E porquê? Porque face a tanta atividade não pude participar nelas todas. Gostaria de participar e, seguramente, dentro de alguns meses passarei a participar nalgumas, certamente com alguma intervenção. Fica aqui o desafio, já foi lançado por outra pessoa, que é preciso avaliar as atividades das nossas Associações Culturais. Saber o estado em que elas estão. Penso que o Sr. Presidente da Câmara deve estar a par de algum estado de algumas delas. Eu estive numa e fiquei, devo dizer, muito preocupado. Estive num concerto em que estiveram os dois Srs. Vereadores e como tenho algum à vontade para lidar com aquela gente, dirigi-me, no fim, aos camarins e perguntei quantos é que eram os ilhavenses ou os intervenientes da área de Ílhavo que estavam a participar naquela Associação e disseram-me que eram 29. E quantos é que iam ao ensaio? Sete ou oito. Fiquei extremamente preocupado porque esta foi a realidade que eu encontrei naquela Associação há 28 anos. Foi uma Associação que chegou a ter prémios nacionais, a fazer concursos nacionais, foi aos Açores, foi à Madeira, foi a Espanha. Alguns daqueles músicos andaram de avião pela primeira vez, muitos deles. Alguns nunca tinham ido a Espanha. Fez-se muita coisa linda neste Concelho e, infelizmente, não sei se esta realidade trespassa por outras Associações. Mas, Sra. Vereadora, eu vou tentar estar atento e tentar verificar o que é que se passa porque eu também gosto das Associações e também gosto de ser voluntário para participar nelas. Temos que discutir isto, como é óbvio. Não pode haver aqui imposições às Associações. Temos que participar em paralelo, não é obrigando as associações a fazerem isto ou aquilo. As Associações

existem, têm é que ser apoiadas para realizarem as suas ações. Se não for assim a coisa não corre bem. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:43:19")

«Muito obrigado. Terminadas as intervenções nesta primeira ronda, passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:43:25")

«Muito obrigado, Sr. Presidente. Ia dar aqui uma palavra à Diana Gandarinho, relativamente a estas situações que falou, vamos estar atentos. Muitas delas não estão especificadas naquilo que é o tema neste momento, que é a Atividade Municipal, foi-nos reportada a situação e ficamos a saber das suas intenções, e vamos ver como é que podemos resolver isto. Mesmo essas candidaturas aos Fundos, vamos ver como é que podemos fazer isso.

Sr. Pedro Martins, referiu aqui a questão da descentralização. Sabe que eu converso com muitos autarcas, também. Não converso só com os que o Sr. referencia. Se calhar tem andado atento às redes sociais, não à minha pessoal, ou outra. Não me admira que o Sr. ande atento a isso e que refira tantas vezes o 'Unir Para Fazer', o que fico muito contente, também.

Mas queria dizer-lhe o seguinte. Dentro daquilo que são as preocupações da Associação Nacional dos Municípios Portugueses - por acaso até pertença ao Conselho Geral, sou suplente - e pelo trabalho que os Movimento Independentes fizeram foi aceite um elemento no grupo Diretivo, portanto, também tenho acesso à informação que é lá tratada. Fique descansado relativamente a isso, estamos completos sobre as matérias que vamos tratando. Também cumprimento a Sra. autarca de Matosinhos, com um olá, quando estou com ela, e não tenho problemas nenhuns. E o Sr. engenheiro Ribau Esteves estou com ele na segunda-feira que vem e falo com ele sobre os assuntos que me preocupam e que me têm preocupado. Até porque, vou-lhe dizer, relativamente a esta questão da saúde, fui eu o primeiro a receber, dentro do distrito, no nosso Município, as pessoas da área da saúde para uma primeira reunião na qual alertei para os indicadores que vinham como referência.

Deixar aqui uma nota especial para a Margarida Alves. Preocupa-me não terem sido dados os parabéns pela realização da Maratona Europa e estarmos focados sempre num assunto que já é residente numa conversa do PSD. Eu fiquei contente com o evento e a mim não me preocupa nada. Estou tranquilo e completamente à vontade para saber quais são os lugares da Gafanha da Nazaré, que os conheço e tenho lá família. Não tenho problemas nenhuns sobre isso. Não sei se terá tanta como eu, mas terá as suas famílias e as suas ligações. E na Barra também não tenho problema nenhum. Vamos vendo por aí e tirando essas conclusões. Escusa de continuar a referir isso porque, para mim o Município é visto como um todo. E o comportamento da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, na Maratona Europa, foi excelente, com a Bússola Partilhada e com todas as Associações. Só tivemos um problema com o número diminuto de indivíduos afetos a essa atividade. Precisávamos de aumentar. Isso até vem no seguimento de outras respostas mais à frente.

Deixar esta nota ao Pedro Martins. Realmente, esta apresentação de valores tem sido feita. Por exemplo, na área da educação temos problemas que, neste momento, estamos a remetê-los para a DGES, como já fez o anterior Executivo - e eu valorizo, também, esse trabalho - com informações relativas ao que é o montante financeiro atribuído. Se está a falar dos 20 mil euros, eles já existiam e agora vêm a ser repisados,

temos é que os canalizar para as Escolas. Quando não são canalizados para as Escolas podemos ter a situação com que nos temos deparado. Tem que haver investimento nas Escolas, tem que haver manutenção, tem que haver realização de trabalho. Tem que haver trabalho nas nossas cozinhas que estão um caos. E nós temos essa realidade. Não me peçam, nem o Sr. Flor Agostinho, nem o Pedro Martins, que em cada uma das minhas reuniões de trabalho eu tenha que vos entregar relatórios a vocês porque, se não, eu tiro isto da Atividade. Eu conheci muito bem o que é que era esta Assembleia durante oito anos e nunca vi o Sr. Flor Agostinho repisar os assuntos como repisou. Alguma coisa melhorou aqui e que é a atual qualidade da informação, que deu para fazer um trabalho de outra forma. E essa é a nota histórica que estamos a fazer. E foi bem. Durante 20 minutos ou 22 minutos, deu-lhe tema de conversa. Até deveria, como funcionário do Estado ter alguns cuidados, mas eu em relação às pessoas mais velhas tenho sempre a convicção de que estou para a aprender, não estou de outra forma. Se o aceitar. Se não aceitar, eu estou cá na mesma. Deixava esta nota sobre esse tema das reuniões.

Vamos tentar, de alguma forma, lançar mais novidades em breve. O Governo está atento, como o Pedro Martins disse há bocado, relativamente a este processo de descentralização. As coisas estão a correr bem, só que já deveriam estar terminadas. Houve uma prorrogação dos prazos que já deviam ter terminado. Houve eleições, houve isto e aquilo. Por isso se percebe porque é que a área da saúde tem tão poucos municípios a aceitar o processo. E todos nós sabemos as causas, Sr. Pedro Martins. A reunião que eu tive em Aveiro com o Dr. Pedro Almeida veio trazer-nos mais novidades do que aquilo que nós estávamos à espera. Mas eu não sei, pelo menos no âmbito da CIRA, se os municípios estão dispostos a aceitar. Vamos aqui fazer um bocadinho de força para que este resultado seja o melhor. Nós temos Centros de Saúde que foram reabilitados, mas depois temos que pôr lá material velho. Isto não bate certo, está a ver? Eu queria fazer, com base na inscrição para o Município - já o disse aqui - poderá ser na ordem dos 3 milhões de euros para investimentos nos nossos Centros de Saúde, em base PRR. Foi lançado pela ARS. Vamos aproveitar isso, estamos a trabalhar sobre isso. Mas quando me dão as paredes com os equipamentos lá presos nós fizemos auditorias. Não bate certo com o que eles nos dizem. Os rácios de trabalhadores não batem certo com as necessidades. E o Governo podia aproveitar para corrigir isto e transitar as verbas necessárias porque, se não, vamos cair numa promessa. E amanhã podem já não ser os mesmos atores. Enquanto agora eu tenho alguma facilidade de comunicação com os membros do Governo, posso não ter no futuro. Seja qual for a cor política a ganhar. Estamos sim preocupados com isto.

O processo da educação ainda tem um caminho longo para ficar certinho. Em breve, o Município de Ílhavo vai tentar reunir o máximo de informação para que informemos o Governo, ou a DGES, neste caso, daquilo que têm sido os custos que temos com este processo. Nós ainda agora, nas revisões que fizemos, naquilo que foram as inspeções que fizemos aos nossos equipamentos desportivos verificámos que precisamos de um investimento de 47 mil euros para estarem de acordo com aquilo que é normal uma Escola ter. Este investimento estava programado? Não estava, Pedro Martins. Temos que deixar de investir em algumas matérias, como já ouvi aqui, que nós até tínhamos todo o gosto em fazer, estavam inscritas no programa eleitoral do 'Unir Para Fazer' e que não vamos poder fazer porque vamos ter que relocalizar as verbas nas respetivas rubricas orçamentais.

Relativamente ao Rui Rufino, eu não queria acrescentar muito aquilo que foi dito. A referência ao trabalho que foi feito com as associações ambientalistas tem a ver com um princípio básico. Nós, quando fomos confrontados pelo Fernando Paiva, o Joca, com a situação que ele fez, fomos buscar o filme atrás e ver há quanto tempo é que ele já andava a programar o trabalho que queria apresentar à comunicação social. Com o qual

eu concordo perfeitamente. Podia era ter telefonado para mim. Quando eu lhe telefonei, ele disse "bom dia, presidente. Com está?". Portanto, tinha o meu número podia-o ter feito comigo. Com a QUERCUS foi diferente. Eu quando telefonei para a QUERCUS, eles não conheciam o meu número. Eu disse à QUERCUS que, a partir de hoje, tinha 24 horas de disponibilidade para falar comigo. E desde aí suspendemos, eu e o meu Vereador, imediatamente essa obra para reunirmos com eles e com a Agência Portuguesa do Ambiente. Fizemos esse trabalho, chegámos a consensos e, agora, espero que a Agência Portuguesa do Ambiente faça, a partir de outubro, uma leitura daquilo que será a colocação de um passadiço mais elevado do que o que temos, ou uma realocação do passadiço. Mas caberá a eles esse trabalho. Nós estamos cá. O eu me preocupa, a mim, é que poderá não haver verbas para este trabalho.

Portanto, temos esta lógica de falar com as entidades e perceber também o tempo que elas investiram no nosso território. E como elas investiram há tão pouco tempo, pode ser que não haja nova verba para nós. Mas posso dizer que esta semana vamos reunir outra vez, dia 25, com a Agência Portuguesa do Ambiente e falar sobre este assunto. Fica já aqui esta nota, porque há tanta preocupação com as reuniões que eu apresento. Há reuniões que têm mais do que duas ou três sessões. Se calhar o repisar, é o repisar de uma agenda que eu coloco duas vezes as visitas, há assuntos diferentes a tratar. Se estiver repetidor não é com o mau sentido que deram, nem por repetição. Acho que o trabalho que está a ser feito tem qualidade. Por exemplo, na referência ao aniversário dos Bombeiros que ocorreu no dia 13, as comemorações foram passados 15 dias e eu também estive lá.

Não me vou alongar sobre isso. Acho que há autarcas, nesta sala, que têm uma experiência longa. Se calhar não têm uma experiência, como nós, de gestão de Executivos. Poderiam ter tido, podem vir a ter, podem ter essa ambição. Eu estou cá para deixar o meu melhor. Se não conseguirem, o povo determinará isso.

Isso nota-se até pela forma como o professor Flor Agostinho abordou o assunto dos dados estatísticos que aparecem nesta Atividade. Que é uma coisa que não existia e que agora aparece aqui. Eu não conheci no passado e estive sempre aqui - falei a uma sessão. E também se repetiam textos. Também tenho provas de repetições de textos. É uma prática que teremos que corrigir, mas fica bem falar aqui sobre ela.

Sobre o André Guimarães. Fico contente saber essa marca registada do Marolas. Nós já discutimos isso em reunião de Câmara e, portanto, não vou adiantar muito mais. Podia ter dito, de uma vez por todas, que houve alguém que falou comigo antes e que me disse "se tiveres alguma ideia ou algum contributo apresenta-me porque é isso que nós queremos". Ficou bem você dizer tudo ao contrário.

Não falou no Conselho da Juventude, mas aqui falou. E até lhe explicámos, a si e à Diana, quais eram os contextos para as estrelas na juventude. Não sei se estou a desassociar aqui alguma coisa, mas explicámos-lhe tudo.

Houve também outro tipo de conversas do pelouro da Juventude, se existia, se não existia, se tem a ver com as estrelas, se não tem a ver com as estrelas. Esse registo também tem a ver com a agenda deste ano. Não tem a ver com a agenda do ano passado, tem a ver com a agenda deste ano.

Se me permite, Sr. Presidente, vou passar aqui ao meu Vereador e à minha Vereadora já que houve algumas intervenções diretas para eles.

Querida deixar só aqui uma nota ao Sr. Flor Agostinho. Há aqui uma presença, e não me leve a mal, de um professor catedrático nestas matérias. O Sr. teve muito bem, provou-se pela sua exposição. Não sei se foi de 20 ou de 25 minutos. É pena é que o Sr. não vá, muitas vezes, buscar a sua memória. Se fosse buscar a sua memória e confrontasse o passado com o presente, se calhar não diria metade do que disse. Mas nós vamos acrescentando isso à história democrática do nosso Município.

Meu Vereador ou nosso Vereador, faz favor.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (02:57:09")

«Boa noite a todos. Cumprimento a mesa, a Assembleia, caros Autarcas e o público. E, acima de tudo, o público que está em casa a ver-nos pela transmissão que estamos a estreir nesta Assembleia.

Eu registo e registei, conforme já tive a oportunidade de dizer, ainda hoje fomos classificados, nós, Executivo, como tendo algumas limitações - não sei bem de que ordem são. Mas, como diria o nosso deputado André Guimarães, iria voltar atrás e ver essa filmagem, também terei o prazer de ir rever a forma como nós hoje fomos classificados pelo Dr. Flor Agostinho, como classificou este Executivo. Cá estaremos para avaliar.

Em relação aos seus ataques, eu, às vezes, convenço-me que o Sr., quando fala, diz o que lhe apetece e convence-se de que as coisas até são verdade. Vai falando, gosta de se ouvir e estamos cá todos a ouvir. E convence-se, realmente, de que aquilo que diz é uma realidade, mas está mesmo confundido. E há coisas que têm que ser devidamente esclarecidas.

Não percebo como é que o Sr. pode tomar, aqui, uma posição que não está correta, às vezes nem compreendo como é que se enquadra, adaptou-se, agora, nesta nova Assembleia, com uma postura diferente e a conseguir atuar de uma forma que não atuava. Tenho visto, ultimamente, nesta questão da Praia da Barra que agora até comenta, no Facebook, as decisões do Executivo, mas o que é certo é que também podia ter falado connosco. Também estaríamos cá para falar consigo e para trocar ideias connosco, porque, tal como falámos com os ambientalistas e com outras entidades, também gostaríamos de falar". [interrupção do Grupo Municipal do PSD]

Da Assembleia Municipal

Margarida Alves - PSD: (02:59:06")

«Sr. Presidente. Eu peço desculpa, mas o Sr. Vereador não se pode dirigir assim aos Membros desta Assembleia. Não pode, peço desculpa.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:59:15")

«Sr. Vereador, faça favor de continuar.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (02:59:20")

«[continuação da intervenção] muito obrigado.

O Sr. Dr. Flor Agostinho referiu que esta Câmara Municipal deu uma indicação, uma aprovação em janeiro e depois, em março, tomou outra decisão. E que este Executivo, nomeadamente eu, porque se referiu exatamente a mim, deveria ter tido melhor negociação. Pois tenho a informar o seguinte.

Em janeiro deste ano, o que este Executivo fez não foi aprovar qualquer esplanada, porque essa aprovação não existiu. Até porque, até março, nem tinha havido a aproximação do licenciamento das esplanadas. Todas aquelas esplanadas têm sido, na sua maioria, licenciadas só para o período de verão.

O que aconteceu e que este Executivo fez, tendo em vista essa tal negociação, foi, em março, chamar todos os exploradores daqueles negócios, sentarmo-nos todos à mesma mesa. Nunca tinha acontecido. Sentámo-nos com todos, explicámos qual é que era a nossa visão, a deste Executivo. O Sr. deturpou o que está aqui escrito. O que diz aqui é que foi um estudo elaborado por técnicos. Está aqui escrito "estudo elaborado por

técnicos da Câmara Municipal". Não diz que foi uma decisão dos técnicos. Diz só que foram eles que elaboraram um estudo. Depois, estamos cá nós para tomar a devida decisão. E esta decisão foi tomada por este Executivo.

Tenho-lhe a dizer que houve uma negociação, sentámo-nos à mesa com todos os exploradores, recuámos numa parte da decisão que tínhamos desenhado, e, entretanto, foi tomada a decisão que, no nosso entender, é a melhor solução e a que nós estabelecemos para aquele espaço. Inclusivamente, já depois da decisão, voltámos ao local, fomos mesmo ao local, eu e o Sr. Presidente. Estivemos com alguns comerciantes e entendemos que esta decisão foi a melhor, tendo por base aquilo que explicamos neste documento. Para conjugar não só o próprio negócio, como as pessoas que vivem no espaço. Não nos vamos cingir a um número de pessoas que possam estar mais incomodadas, mesmo estando sensíveis a essas preocupações que alguém possa pela esplanada poder estar na direção da sua casa, mas nunca em frente à sua casa porque há espaço. Aliás, aquilo que nós pretendemos foi libertar espaço e permitir o acesso aos vários edifícios, conforme explicamos corretamente neste documento.

No que diz respeito às candidaturas, ficamos contentes que nos tenha apreciado a questão dos projetos a que nos candidatámos. Isto foi uma candidatura, ainda não sabemos qual será o sucesso da candidatura. Sabemos que poderá ter um financiamento a rondar um milhão de euros, mas não sabemos qual é o sucesso dela. Acreditamos que está bem desenhada e vai de encontro àquilo que era permitido. Houve um esforço muito grande para conseguirmos ir buscar um financiamento para o nosso orçamento, até porque, como podem ver, grande parte das obras já estão executadas e outras estão em execução. Nestas, tentámos procurar verificar onde estavam as mais-valias para esta candidatura. Aliás, em algumas delas fizemos pequenos ajustes para valorizar essas obras, de forma a enquadrá-las e podermos ir buscar um financiamento. Sabemos as dificuldades que temos na procura das receitas e esta foi uma candidatura que nos poderá ajudar muito para irmos buscar mais receita para o nosso orçamento, uma vez que a despesa já está efetuada.

No que refere em relação aos edifícios, também gostaríamos de ter ido a mais, mas, como referimos aqui, temos a questão da falta de titularidade dos edifícios ou do seu próprio registo. Ficámos bastante condicionados. Tínhamos mais edifícios que gostaríamos de ver abrangidos por esta candidatura, mas isso, infelizmente, não foi possível. Vamos tentar regularizar esta situação para que, no futuro, possamos candidatar a outros programas.

Era isto que me cabia falar. Obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:03:51")

«Cumprimento a Mesa na pessoa do Sr. Presidente. Os autarcas aqui presentes. O público.

Relativamente à apreciação dos pelouros da Atividade que me estão atribuídos, no que concerne à realidade das associações culturais - eu vou começar, exatamente, pelo fim - tal como referiu, naquele concerto em que nós estivemos presentes, com certeza que esta Associação em particular também deve ter referido a ajuda pronta em que nós estivemos envolvidos para que o concerto acontecesse exatamente como eles pretendiam. Isto foi muito importante para eles e será sempre nesse pressuposto que nós trabalharemos o associativismo, seja ele cultural, seja ele com outra missão.

Efetivamente o associativismo está em crise, não é de agora. A pandemia agravou a crise do associativismo. Não é um problema local, não é um problema apenas do nosso Município, mas nós estamos alerta relativamente a essas questões.

No que concerne à candidatura da rede de Cineteatros, à candidatura do reforço da programação, que foi aprovada pela DGArtes, foi uma candidatura que foi submetida em dezembro e que foi iniciada em novembro. parte daquilo que estava previsto, do

ponto de vista dos projetos de comunidade e de outro tipo de abordagem, não foi executado porquê? Porque a demora da análise da mesma condicionou, de certa forma, aquilo que era a previsão, tendo em conta que estavam, aqui, valores, a atribuir que condicionavam esta execução. No entanto, reforço que, efetivamente, isto foi uma candidatura submetida em dezembro de 2021 e iniciada em novembro de 2021.

Na questão do Laboratório do Envelhecimento, e vou aproveitar também para responder ao Rui Rufino, nunca me ouvirão, nem a mim, nem ao restante Executivo e ao Sr. Presidente, omitir qualquer que tenha sido a importância dos projetos iniciados previamente. Mas há uma coisa que me importa referir. É que, efetivamente, o processo foi agarrado - peço desculpa pela expressão - em marcha e foi desenhado já com o nosso cunho. Inclusive, houve protocolos que foram estabelecidos por nós, fechados por nós, que não estavam exatamente esclarecidos em várias partes. Houve, também, a questão da própria imagem, da forma como é que nós íamos comunicar o espaço, como é que nós íamos explicar às pessoas o que é que iria lá acontecer. O próprio trabalho em rede com as nossas IPSS. Tudo aquilo que aconteceu, desde então, está em construção. Nunca houve uma programação fixa e porquê? Porque este espaço é um espaço de colaboração de partilha e de construção contínua.

Quanto ao feedback do júri internacional. Como devem ter percebido pelo relatório da Atividade Municipal, eu estive presente não só na gala da atribuição dos prémios, como também na conferência. Foi muito importante ter esse feedback e a conversa que houve com os profissionais que trabalham, a nível europeu, o ensino contínuo, não só o não formal, como o formal, sendo que o Laboratório, neste momento, apresenta projetos internacionais que são muito importantes do ponto de vista de aprendizagem transformativa e, até mesmo, esta verdadeira transformação do ponto de vista dos valores, como a educação para a cidadania, toda a abordagem ambiental, que é muito importante. Isso foi muito positivo perceber que o trabalho que está a ser feito foi reconhecido. E sim... esta programação está sempre em construção e em adição constante, e será sempre assim porque o Laboratório é um processo colaborativo. Obrigada.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:09:27")

«Só para concluir, Sr. Presidente, dar aqui duas notas, também, relativamente àquilo que foi uma visão dada sobre as receitas e as despesas.

Eu também gostaria de ter muito mais as receitas comunitárias. Ontem escrevi mais 3,6 milhões, porque pensava que haveria muitos mais projetos em execução e lançados. Afinal não aconteceu dessa forma. Há um reajuste da maior parte dos processos que estão a decorrer, muitos, se calhar, nem vamos conseguir captar essas receitas. Estamos num esforço tremendo para que se possam captar essas receitas, para que, depois, essas receitas de capital possam surgir.

Relativamente às despesas, é sem comentário.

Quanto às taxas. Se calhar há algum rigor, neste momento. Há algum trabalho que foi exercido nos anos anteriores de suspensão de taxas de espaço público e tudo o resto, e que agora retomaram a sua normalidade. Passámos dois anos atípicos, relativamente ao COVID e, portanto, é natural que haja esse reflexo quer no investimento particular. Não devemos ficar surpresos com isso, é uma constatação da realidade. Ninguém mexeu nas taxas, em nada. Não percebo essa referência feita pelo Membro Flor Agostinho.

Em relação às receitas do IMI e às outras receitas, vamos fazer a análise no final do ano. Não vamos estar gora, aqui, a fazer uma mera avaliação. O que eu posso depreender, neste momento, é que muitas das pessoas, se calhar numa fase inicial deste primeiro semestre, pagariam a totalidade do IMI e, neste momento, escalonaram isso em duas fases. Em novembro poderemos avaliar isso e veremos como se

comportou o IMI no nosso Município, sabendo também que, no caso do IRS, baixámos de 5% para 4%. Fizemos uma descida de um ponto percentual e vamos ver como é que isto se comporta. Cá estaremos para avaliar.

Relativamente ao endividamento da Câmara. Nós podíamos ter repensado o endividamento, mas acho que não tinha sido correto porque as coisas que foram bem feitas nós temos que as valorizar, não precisamos de as trazer aqui e embandeirar em arco. Foram ações que eu também aprovei e validei nesta Assembleia. Quando estive aqui 8 anos em representação como Presidente da Junta de Freguesia devem saber o meu comportamento sobre essas matérias. Fazer essas referências, acho que não lhe fica nada bem, nesta Assembleia. Levo de agrado tudo aquilo que me é dirigido e referido. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:12:06")

«Muito obrigado. Abria a inscrições para a segunda ronda. Quem pretende usar da palavra, dentro dos tempos disponíveis?»

Diana Gandarinho - PS: (03:13:01")

«Eu queria reforçar o que disse há pouco. Mais que estarmos preocupados com a paternidade das distinções recebidas, devemos orientar-nos para melhorar e superar aquilo que já foi iniciado. O novo Executivo não veio para viver do passado, ou assim o espero. E ainda que reconheça paternidades, o foco deve ser em fazer mais e melhor, em ser a mudança. E essa é também a verdadeira preocupação do Partido Socialista. É isso que pretendemos, é para isso que queremos colaborar.

Portanto, dentro da esperada perspetiva colaborativa, façamos um rápido exercício exploratório de soluções para a questão dos critérios do selo da juventude.

1. Plano Municipal da Juventude – existem os técnicos. Não são suficientes para dar resposta? É uma primeira questão. Existe o Conselho Municipal da Juventude para colaborar. E mais... isto também foi falado no Conselho. Se o Conselho Municipal da Juventude constituir a Comissão Permanente, os jovens poderão contribuir ainda mais ativamente no desenvolvimento deste plano.

2. Ferramentas de cogestão. Por exemplo, o Orçamento Participativo Jovem, ele até faz parte do vosso compromisso eleitoral, e é algo que o Partido Socialista traz constantemente para a mesa, é uma ferramenta de cogestão. Seria uma estratégia para cumprir este objetivo. E, não excluindo o Orçamento Participativo Jovem, deixo à vossa consideração que a Comissão Permanente do Conselho Municipal da Juventude, estando dotada de um orçamento, também se poderia considerar uma ferramenta de cogestão, como também falámos no Conselho. Talvez seja relevante questionar isto à FNAJ.

3. Políticas de apoio à iniciativa jovem. Podemos falar, por exemplo, de empreendedorismo. Concretizável com a criação de serviços, networking, apoio e desenvolvimento de competências para o empreendedorismo. Podemos ponderar se é possível complementar o que já existe no apoio ao empreendedorismo, criando uma linha de apoio jovem? Talvez seja interessante explorar a iniciativa StartUP Juventude, da Fundação para a Juventude, para mais ideias.

E por último. Espaços para associações e projetos jovens. Eu, neste critério, vou devolver a questão, pois tentei pesquisar por uma listagem de imóveis da Câmara, mas sem sucesso. Que espaços existem nas várias freguesias que possam ser convertidos? Que eventuais edifícios sejam propriedade da Câmara, ainda que necessitem de manutenção, e que possam ser utilizados?

Considerarei importante trazer este tema aqui, Sr. Presidente, dada a sua relevância nas políticas do Município. Pode ser clichê, mas os jovens são efetivamente o nosso futuro. A execução de qualquer coisa, especialmente quando falamos de serviço público, terá sempre os seus constrangimentos. A quem detém poder, conhecimento e ferramentas, cabe ser ágil e encontrar soluções. Obrigada.»

Rui Rufino - UPF: (03:16:20")

«Raider. TMN. TELECEL. Jumbo. TV Cabo. Parece que eu estou a fazer publicidade, mas não é. Isto são marcas e que hoje são conhecidas com outros nomes. E não tiveram qualquer falta de respeito por mudarem o nome. Em que é que mudar o nome, impede a valorização daquilo que foi feito? E contradiz aquilo que eu disse? Não consigo perceber. Muitas vezes é preciso refrescar a imagem, e as próprias marcas usam isso e fazem isso naturalmente.

Pelo contrário... será que nós não podemos dar um cunho pessoal às atividades que realizamos? Valorizar não tem que ser reproduzir ou repetir. Pelo contrário... reformular, acrescentar, enriquece muito mais aquilo que foi feito. O que é preciso é sermos capazes de superar os complexos que ainda alguns têm em seguir em frente.»

José Pinto Reis - UPF: (03:17:30")

«Mais uma vez, boa noite. Gostaria apenas de fazer dois comentários prévios. Um quanto ao reconhecimento do trabalho passado que é exigido e solicitado pelo PSD. Não nos parece que esteja em falta, até pelo nosso reconhecimento constante na valorização daquilo que é o património que recebido do passado. Mas é legítimo que pensem dessa forma.

Em relação aos prémios, não seria correto e honrado ouvir o PSD assumir os méritos do atual executivo pela obtenção ou manutenção desses mesmos prémios.

Quanto à convenção do Unir para Fazer, estranhamente, quando a mim, colocada neste ponto da Ordem do Dia pelo Pedro Martins, farei apenas alguns comentários para o esclarecer. Foram convidados três presidentes de câmara, com critérios bem objetivos: o Presidente da Câmara da segunda maior cidade do país, com as posições que são bem conhecidas contra a descentralização de competências; o Presidente de uma cidade de média dimensão, afastada dos grandes centros urbanos, como é o caso da Figueira da Foz, que, pelo contrário, aceita todas as competências e depois discute e tenta resolver os problemas dos seus municípios; e um outro Presidente de Câmara de um pequeno município do interior do país, que pretenderia assumir mais competências, mas há áreas em que ele não tem, sequer, equipamentos para que isso possa assumir essas competências. Tratou-se de um grupo de discussão diversificado e plural.

Quanto às análises e aos comentários partidários não vou entrar nessa discussão. Lamento apenas que de todos os partidos com atividade e com candidaturas no Município de Ílhavo, e que foram convidados a assistirem a este debate, apenas o PSD justificou a sua ausência.

Em relação ao relatório da Atividade Municipal, este evidencia a estratégia que tem vindo a ser seguida pelo Executivo de ter uma gestão cuidada e equilibrada, com grande preocupação com a execução da receita orçamentada para que não ponha em causa a despesa prevista.

Durante estes meses têm vindo a ser adotadas novas práticas e novas metodologias de trabalho, promovendo o diálogo e a concertação quando se justifica, mas também o rigor e a determinação quando necessário.

São claros os esforços de recuperar o nível de operacionalidade dos equipamentos e edifícios ao dispor do Município por forma a proporcionar aos cidadãos a qualidade de serviço que se exige. As tarefas de manutenção em curso são um reflexo do respeito pelo património que é de todos.

Temos noção que em sectores, como a educação, em que muito está por fazer, que os anseios da comunidade escolar e as necessidades urgentes tornam difícil a sua resolução com a celeridade que todos desejaríamos. Mas o esforço que está a ser feito de recuperação trará os seus frutos e a satisfação de todos.

No período em causa, celebrámos com dignidade o Dia do Município, tendo daí ressaltado a necessidade de aumentar o envolvimento da população nestas celebrações, que se pretendem fonte de união.

Foram aprovados e assinados os Protocolo de Financiamento com as Juntas de Freguesia. Desta forma, foram proporcionadas condições para que as Juntas de Freguesia implementem os seus programas e os seus projetos.

Resultando de uma candidatura já apresentada por este Executivo, foi conseguido um financiamento substancial no valor de 200 mil euros, como já aqui foi referido, que vai permitir libertar alguns fundos, uma vez que estes 200 mil euros já estariam orçamentos no presente exercício, e, desta forma, vai permitir que haja uma libertação para outras atividades.

Vimos com agrado a candidatura no âmbito do plano PRR que permitirá financiar uma obra já executada e uma outra em curso, para os quais não estavam assegurados fundos externos à Autarquia, libertando, em caso de aprovação, meios para promover mais investimento. E ainda a sujeição, como já foi referido, de duas novas obras que se integram na estratégia da melhoria das condições de circulação das populações.

Para além de todas as outras atividades, decorreram os festivais 'Ilustração à Vista' e 'Papagaio' que contribuíram para o retorno à normalidade da vida social do Município e ainda para, indiretamente, apoiar o setor cultural local e nacional, após dois anos de grandes dificuldades

Sem desvalorizar as outras áreas em que a CIRA intervém e indiretamente o Executivo, permitam-me que destaque os Transportes públicos inter e intra concelhios. Foi com entusiasmo que recebemos a notícia que existem vários interessados no concurso que está a decorrer. Ficamos todos mais otimista de que poderá existir uma solução para esta necessidade de sempre e que, hoje, tem a maior pertinência.

Por vezes existem medidas com pouca visibilidade e que, muitas vezes, nem sequer são compreendidas, mas que são indicativas da existência de alterações de atitudes e comportamentos. Refiro-me, a título de exemplo, à suspensão do corte de relva favorecendo os insetos polinizadores. Temos hoje um Executivo que está mais atento a esta realidade.

Permitam-me ainda que destaque a forma como tem sido feito o acompanhamento dos refugiados instalados no nosso Município, sem exposições mediáticas, gratuitas e desnecessárias, mas com proximidade e coordenação entre os envolvidos. Estes são apenas alguns exemplos do bom trabalho feito.

Estamos perante um período de análise curto, apenas 2 meses, mas em que é clara a consolidação da estratégia e do estilo da nova liderança.

Os desafios que estão pela frente são exigentes, uma vez que estamos perante aquilo que podemos chamar de três pandemias silenciosas. A saber:

- O Covid que ainda não terminou;*
- A degradação das condições de vida das famílias, que poderá provocar fenómenos de pobreza, exclusão social e mesmo fenómenos de violência;*
- A inflação galopante que provocará, entre outros, o aumento dos custos da atividade municipal e familiar.*

Das informações que constam deste relatório, depreendemos que o Executivo está atento e preparado para desencadear as medidas que se revelarem necessárias para enfrentar as situações. Estamos confiantes.

Sr. Presidente, conluo com a satisfação de constatar que os valores e os princípios que nortearam este projeto estão a ser cumpridos. Estamos no início de uma caminhada

longa e difícil, mas com determinação e resiliência continuaremos a servir o Município e os Municípes. Muito obrigado.»

Margarida Alves - PSD: (02':43" - ficheiro 2)

«Caro Presidente da Câmara. Eu não nasci na Gafanha da Nazaré, mas sou mais gafanhoeira do que muitos nascidos na Gafanha da Nazaré, São Salvador, Gafanha do Carmo ou Gafanha da Encarnação, porque me sirvo da política para servir as pessoas. Há uma coisa que garanto. Quem disse aqui que eu venho dar lições de moral, vocês já tiraram o doutoramento. Desculpem lá.

O comportamento que os Vereadores têm tido nesta Assembleia Municipal não coaduna com as regras que estão regimentalmente definidas. É o 'meu vereador', é a 'minha vereadora'... os Vereadores são do Concelho. Não são seus, Sr. Presidente. São do Concelho. Representam o partido ou o movimento. Isto é um egocentrismo, permitam-me que o diga, inacreditável.

Continuamos a não ter resposta relativamente à placa. Porque é que foi retirada? Quando é que é recolocada? É fator histórico.

Continuamos a não saber, neste Plano de Atividade não há nada de prevenção de incêndios. Zero! Processo de indemnização. O sucesso do mesmo ou o insucesso das casas estarem afastadas de incêndios. Dos cidadãos do Concelho de Ílhavo, Gafanha da Nazaré, São Salvador ou Gafanha do Carmo ou Gafanha da Encarnação. Onde decidiram cortar a relva onde ela está seca e aparecem os bichos por todo o lado. Toda a gente se queixa na rua, Sr. Presidente de Câmara. É um desordenamento de polinização. A polinização não se faz com desordem, é com ordenamento, com projeto, com planeamento, e isso não foi feito. A polinização não tem nada a ver só com os insetos. Se fosse só com os insetos, vamos ali ao porão dos barcos e começamos a largá-los todos na Avenida dos Bacalhoeiros. Desculpem lá, isto não é assim. Vamos falar de forma clara, em vez de nos agredirmos.

Membros da Assembleia Municipal irem para rede social escreverem o que vão escrever - eu amanhã é que vou ver, hoje não me preocupo.

O Partido Social Democrata está aqui para dar a cara, para dar a resposta.

Eu vivo e trabalho na Gafanha da Nazaré. Eu sou autarca da Gafanha da Nazaré. Eu não ando na rede sociais a dizer que vivo noutra cidade e sou autarca noutra. Pois é... E tem vergonha de dizer, nas redes sociais, publicamente, que é de São Salvador ou de Ílhavo. Não sou eu.

Eu digo na minha rede social, onde é que eu nasci, onde trabalho e onde vivo. Eu nunca oculto aquilo que sou, e ninguém, nesta Assembleia, tem a capacidade de me avaliar.

Volto a dizer. Voltam a ter este tipo de comportamento perante qualquer Membro da Assembleia Municipal de Ílhavo, seja de que bancada for, vai ser invocado o Regimento porque os senhores estão autorizados, com a anuência do Presidente da Câmara, mas somos nós, os Membros da Assembleia Municipal que invocamos a vossa intervenção. A anuência do Presidente da Câmara. E por aqui me fico. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':10" - ficheiro 2)

«Obrigado. Passo de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (06':16" - ficheiro 2)

«Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado. Eu até nem era para falar, mas agora com esta intervenção da Margarida Alves fico um bocadinho sem jeito.

E olhe... não vou falar na mesma. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':36" - ficheiro 2)

«Bem... é meia noite e meia. Pelo regimento terminaríamos aqui os trabalhos. A Mesa propõe a continuação dos trabalhos. Estamos todos de acordo? [sem oposição] Ok. Obrigado.

Muito bem... concluídas todas as intervenções, consideramos Apreciada a Atividade Municipal do período de 1 de abril a 31 de maio.»

Ponto 2. Apreciação e votação da 2.^a Alteração modificativa 2022 - Revisão Orçamental: a) Orçamento; b) Grandes Opções do Plano.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':15" - ficheiro 2)

«Passamos ao Ponto 2 e último da Ordem do Dia, "Apreciação e votação da 2.^a Alteração modificativa 2022 - Revisão Orçamental: a) Orçamento; b) Grandes Opções do Plano.

Embora o ponto esteja repartido por duas alíneas, uma referente ao Orçamento e a outra às Grandes Opções do Plano, matemos a discussão única e a votação separada, para que seja coincidente com a forma de deliberação que foi adotada na reunião de Câmara.

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento."

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (07':46" - ficheiro 2)

«Obrigado, Sr. Presidente. A aprovação deste valor representa um reforço na inscrição do nosso Orçamento e, de pois, há uma correção de rúbricas que já tinham sido movimentadas para satisfazerem as necessidades daquilo que já era o projeto que estava em mente.

Tinhamos mais ou menos a noção de um resultado positivo sobre a avaliação do trabalho que tinha sido feito e sobre aquilo que era a estratégia que tinha sido adotada. Portanto, essa correção levou a diminuições e reforços no segundo documento. O terceiro mexe com os próximos quatro anos. É um projeto que tem uma visão para quatro anos, com uma possível receita de 200 mil euros. Assumimos, desde já, aquilo que também é a inserção no nosso Orçamento plurianual. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':45" - ficheiro 2)

«Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Abrimos as inscrições para a primeira intervenção. Alguém se inscreve?».

António Flor Agostinho - PSD: (09':20" - ficheiro 2)

«Eu só venho aqui para esclarecer o seguinte. Este é o quarto retificativo. É um retificativo positivo, gratificante, é de enaltecer. Este retificativo de cerca de 200 mil euros resulta de quê? Resulta da candidatura da Casa da Cultura de Ílhavo ao Concurso de Apoio à Programação da rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, que foi, como

todos sabemos, beneficiada com 200 mil euros. Portanto, são mais 200 mil euros que entram na Câmara e que a Câmara deixa de ir buscar ao seu próprio Orçamento interno. Isto é bom... é positivo para a Câmara.»

Luís Leitão - PS: (10':07" - ficheiro 2)

«Eu julgo que vou conseguir utilizar o tempo todo que tenho à disposição.

Quería começar a minha intervenção, para finalizar, com alguns reparos.

Primeiro, pedir ao responsável que fez o texto destas apresentações que se deixe de humor barato porque parte do Partido Socialista ficou no Partido Socialista. Pode ter ido uma parte, mas agradeço que ponham um "i" na legenda, porque é ainda o Partido Socialista que tem o uso da palavra.

O outro reparo, primeiro ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal porque quis criar aqui a sensação, e assustou-me a mim e à minha família, porque fiquei com a sensação que me ia estragar o fim-de-semana. Mas conseguimos safar a coisa. Fica a nota de que não se marcam Assembleias Municipais para vésperas de feriados ou para uma sexta-feira de um feriado prolongado. Nós gostamos de vir aqui, gostamos de participar, afincadamente, no debate, mas, por favor, não nos façam isto muitas vezes.

Depois, e não menos importante, também um outro reparo para o Sr. Presidente da Câmara. O reparo passa pela forma como são apresentados os documentos e fundamentadas as propostas apresentadas à discussão nesta Assembleia. Repararam todo os colegas que temos para discutir, neste ponto 2, mapas de alterações ao Plano Plurianual, com discriminação dos valores da dotação anual, da atual e da corrigida, mas não nos foi apresentado qualquer nota introdutória em que se explique a razão desta alteração orçamental e a existência de receitas extraordinárias e como vai ser aplicada essa receita. Explicou-nos mais o Flor Agostinho para tentar mostrar que "a minha gestão é melhor do que a tua" e de que esta alteração se deve a um ato especial de gestão do Partido Social Democrata.

Sr. Presidente, este momento era seu. O Sr. é que tinha que explicar aos Membros desta Assembleia porque é que estamos aqui, hoje, à meia noite e trinta e sete a discutir este ponto. E o senhor não o fez, mandou-nos só os mapas. Tem que ter esse cuidado, porque nós, na verdade, por mais empenhados que estejamos na participação na Assembleia Municipal não somos profissionais da política, não participamos no dia-a-dia do Executivo e, por isso, devem ser considerados e respeitados, na sua forma. Isto tem tudo a ver também com a experiência, muitas vezes com a forma como as coisas nos apresentam, e parece que são entendíveis por todos, mas não falamos todos a mesma linguagem. Precisamos de levar isso em conta.

Sei que pelo sorriso e pelo acenar positivo dos Membros desta Assembleia que há unanimidade neste reparo.

Quanto à nossa posição sobre a proposta apresentada. Relembro que a 17 de dezembro dissemos, na Assembleia Municipal, aquando da apreciação das Grandes Opções do Plano que a proposta das GOP e do Orçamento para 2022, apresentadas pelo Executivo, afigura-se sem um objetivo profundo e mobilizador, mantém, na sua essência, a política do PSD prosseguida nos mandatos anteriores, e não apresenta alicerces concetuais capazes de projetar estrategicamente o desenvolvimento do Município. Foi com base nisto que a nossa votação, a 17 de dezembro, e mantendo a coerência com o voto inicial das Grandes Opções do Plano, com vista à necessidade de dar também condições de estabilidade à governação do Executivo liderado por V. Exa., optamos, então, pela abstenção da proposta de Revisão Orçamental.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (14':23" - ficheiro 2)

«Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (14':30" - ficheiro 2)

«Eu pensei que o Luís Leitão tinha tido a explicação do seu Vereador, do nosso Vereador - para corrigir - pensei que tinha tido a resposta, porque é o mesmo assunto que já tínhamos referenciado na reunião de Câmara.

Mas dava aqui nota que, possivelmente, na próxima edição de setembro vamos ter mais um reforço porque acabámos de receber mais um prémio sobre uma candidatura feita para o reforço da otimização e dos sistemas de rega. Um valor que também vamos partilhar com vocês.

Já ouvimos aqui, por exemplo, pelo Dr. Flor Agostinho, que é preciso criar projetos com maturidade porque, se não, não chegamos lá. Nós temos feito esse trabalho. Esse trabalho de casa tem sido feito exaustivamente pelos nossos técnicos, com a nossa participação e com a nossa indicação dos muitos caminhos que queremos seguir.

Fico contente por saber a sua votação. Para mim é a metodização do processo que temos em marcha para o nosso Município. Teremos outras guerras para vencer, no futuro.

Espero que todos os nosso Autarcas, presentes nesta Assembleia, saibam que nem sempre existe o tempo que precisaríamos para realizar todas essas apresentações e demonstrações. Há uma família, para além disto, há amigos e há uma série de coisas que nós temos que saber mobilizar. E, se calhar, hoje, ainda ninguém reconheceu isso. Estamos no Executivo com dois Vereadores no exercício das suas funções. Estamos, neste momento, com uma equipa muito afetada pelo COVID que ainda se mantém; muitas das vezes chegamos à Câmara e temos baixas de 4, 5 ou 6 pessoas. Temo-nos debatido com sérios problemas. Esperávamos, de facto, estar mais à frente. Mas determinados, venceremos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':52" - ficheiro 2)

«Muito obrigado, sr. Presidente. Pergunto se há alguém que queira fazer uma segunda intervenção? Ninguém? Ok. Muito bem.

Concluído o período de apreciação, vamos proceder à Votação do Ponto 2 da Ordem do Dia: "Apreciação e votação da 2.ª Alteração modificativa 2022 - Revisão Orçamental".

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':18" - ficheiro 2)

"Começamos pela vertente do Orçamento, a alínea a). Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a "2.ª Alteração modificativa ao Orçamento para 2022" foi **aprovada por maioria**, com 19 votos a favor e 6 abstenções."

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':55" - ficheiro 2)

"Agora votação referente à alínea b) - as GOP. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a "2.ª Alteração modificativa às Grandes Opções do Plano para 2022" foi **aprovada por maioria**, com 19 votos a favor e 6 abstenções."

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (18':32" - ficheiro 2)

"Muito bem... antes de solicitar ao 1.º Secretário da Mesa que proceda à leitura da Ata em Minuta, de forma muito sucinta e rápida, tal como decidido em Conferência de Líderes, da passada semana, permitam-me partilhar com o plenário duas iniciativas que estão a ser planeadas e projetadas pela Mesa e pelos Líderes dos Grupos Municipais. A primeira diz respeito a um convite para colaboração mensal com o jornal "O Ilhavense" que pretende disponibilizar espaço nas suas edições, com o objetivo de dar a conhecer à comunidade as preocupações políticas e os atos públicos mais relevantes da atividade da Assembleia Municipal. Este é mais um meio que permitirá um maior esclarecimento da opinião pública e uma maior participação na vida política do Município.

Faltam ainda acertar afinações no processo de colaboração, quer dentro dos Grupos Municipais, quer em relação ao Ilhavense, nomeadamente quanto à forma, à representatividade, entre outros pormenores.

A segunda, que se espera com um envolvimento muito particular do Sr. Presidente da Câmara e com Executivo, tem a ver com a implementação, no próximo ano letivo da AMI Jovem. Esta iniciativa, direcionada, exclusivamente para a comunidade escolar - ainda por fechar a participação dos Agrupamentos de Escola - pretende receber, neste espaço, os jovens alunos, entre o 5.º e o 12.º ano.

A Assembleia Municipal é, por definição e por função, a chamada "casa da democracia", o palco da retórica política.

É por demais conhecido, e tantas vezes debatido, o afastamento dos jovens da política e das causas políticas (sejam ela partidárias ou independentes), para além de um notório esvaziamento de massa crítica e rejuvenescimento das estruturas político-partidárias.

Este é o principal objetivo da iniciativa: promover o debate, a análise e o sentido crítico, o confronto de ideias e o interesse pelos processos políticos e sociais que envolvem a sociedade, nomeadamente os mais novos.

Trata-se de um projeto de valorização do trabalho, o papel e o empenho dos eleitos da AMI junto da comunidade, neste caso, da comunidade jovem escolar, e demonstrar que a vivência em sociedade merece que os jovens se envolvam nas suas dinâmicas com sentido crítico, com intervenção e com ativismo.

Iniciámos, em reunião de líderes, uma primeira abordagem e um primeiro planeamento da iniciativa. Haverá, muito em breve, uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, que agradeço toda a disponibilidade demonstrada, nesta fase, quer como entidade parceira, mas acima de tudo, com entidade envolvida no projeto, e serão desenvolvidos, muito em breve, os contactos com as direções escolares para recolhermos todos os contributos que reforcem e elevem esta iniciativa.»

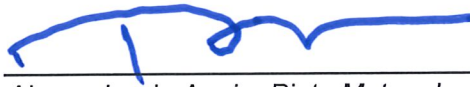
Concluída a **apreciação** de todos os pontos constantes da Ordem do Dia, nos termos dos números 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à deliberação do plenário a aprovação em **minuta da ata** respeitante à Sessão Ordinária de junho de 2022. (21':11" - ficheiro 2')

Depois de lida, não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata. (21':19")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:53 horas do dia 16 de junho de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator
Assinado por: MIGUEL PEDRO DE NORONHA E
ABREU ARAUJO DA SILVA
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2022.09.26 16:56:23+01'00'

Miguel Pedro Araújo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 1. Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01ABR22 a 31MAI2022.

O documento foi **APRECIADO**.

Ponto 2. Apreciação e votação da 2.^a Alteração modificativa 2022 - Revisão Orçamental:

- a) Orçamento. Aprovado por **MAIORIA**.
- b) Grandes Opções do Plano. Aprovado por **MAIORIA**.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata respeitante a esta Sessão Ordinária de Junho, tendo sido a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator

Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Junho - 15 de junho de 2022 - no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão realizou-se numa única reunião, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças (15 de junho de 2022).

Sessão Ordinária de Junho de 15/06/2022

Reunião única

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Hugo Filipe Casqueira Coelho			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Pedro Labrincha da Rosa Novo	suspensão 60 dias (total 120 dias)		
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves	substituição (30 dias)		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
João Pedro Ribau Casqueira			X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Sara Daniela Silva Pinho	suspensão mandato 365		
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			
Modesto Manuel dos Santos	substitui (365 dias)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X

Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador	X	
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Mariana da Silva Lopes (substitui Daniela Ribeiro Alegria)	UPF		X
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas)	UPF		X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes (substitui Domingos Manuel Ferreira Vilarinho)	PS		X
Gabriel de Almeida Fernandes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		X
Carlos António das Neves Rocha substituído por José António Falcão Ribeiro Arvins, Secretário do Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré	JFGN		X

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 de janeiro de 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)


Mandato suspenso ³⁰⁵~~60~~ dias a partir de 15 de junho de 2022): Pedro Labrincha da Rosa
Novo - PSD (acumulado: ~~120 dias~~
^{365 dias})

Ílhavo, 15 de junho de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Unidade de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo 



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Sessão ordinária de junho 2022 - 15JUN2022

Comunicação de substituição do membro da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 6.º e 36.º do Regimento.

Nome do titular do cargo: Domingos Manuel Ferreira Vilarinho

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Carla Maria Madaíl Gândara dos Santos

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Mariana Alvelos Silva

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Alfredo Joaquim Alves de Sousa

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sónia Alexandra Fernandes Gomes

Nome do titular do cargo: Modesto Manuel dos Santos

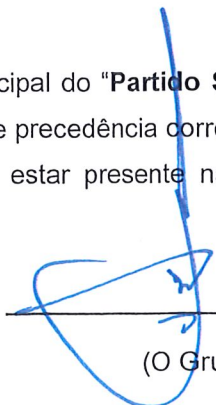
Sucedâneo na lista de Candidatos:

Miguel Ângelo Teixeira Andrade

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Gabriel de Almeida Fernandes

Na qualidade de Adjunta do Líder do Grupo Municipal do "**Partido Socialista**" declaro que o cidadão em epígrafe, está identificado na ordem de precedência correta na lista de candidatos, e foi por mim notificado com antecedência para estar presente na reunião da Assembleia Municipal a realizar em 15/junho/2022.


(O Grupo Municipal)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Sessão ordinária de junho 2022 - 15JUN2022

Comunicação de substituição do membro da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 6.º e 36.º do Regimento.

Nome do titular do cargo: Daniela Ribeiro Alegria

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Mariana da Silva Lopes

Nome do titular do cargo: Ernesto Manuel Vidal Garrelhas

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Rui Manuel da Rocha Rufino

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Sucedâneo na lista de Candidatos:

Na qualidade de Líder do Grupo Municipal do “Unir Para Fazer” declaro que o cidadão em epígrafe, está identificado na ordem de precedência correta na lista de candidatos, e foi por mim notificado com antecedência para estar presente na reunião da Assembleia Municipal a realizar em 15/junho/2022.



(O Líder do grupo Municipal)

